



UNIVERSIDADE DE UBERABA

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO:
FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

LUCELEI MARCIANA DE LIMA FÉLIX

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR**

UBERLÂNDIA

2022

LUCELEI MARCIANA DE LIMA FÉLIX

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR**

Dissertação/Produto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação: Formação Docente para a Educação Básica da Universidade de Uberaba, curso de Mestrado Profissional, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus

Linha de Pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica.

UBERLÂNDIA

2022

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

F335i Félix, Lucelei Marciana de Lima.
A importância da família no processo de alfabetização escolar /
Lucelei Marciana de Lima Félix. – Uberlândia (MG), 2022.
77 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica. Linha de pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus.

1. Família. 2. Alfabetização. 3. Educação. I. Jesus, Osvaldo Freitas de. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação. III. Título.

CDD 306.85

LUCELEI MARCIANA DE LIMA FÉLIX

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 10/03/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Anderson Clayton Freitas Brettas
Instituto Federal do Triângulo Mineiro
– IFTM



Prof. Dr. Eloy Alves Filho Universidade de
Uberaba – UNIUBE

Ao meu marido Inildo Magalhães Félix, por sempre acreditar e incentivar meus sonhos, por ser parceiro em minhas buscas e lutar junto comigo, não me deixando desistir. As minhas filhas Maria Luísa e Laura Manuela, que foram minha força e me apoiaram, compreenderam quando não pude estar presente, quando era necessário renunciar à mãe, a vocês todo meu amor. Conseguimos!

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças durante essa trajetória do mestrado, permitindo a realização deste sonho tão idealizado, mas que se tornou possível.

Ao meu Orientador Professor Osvaldo, pelos ensinamentos, pela paciência e pela compreensão nos momentos em que precisei.

Aos Professores do curso de Mestrado da UNIUBE – Uberlândia, por todas as vivências, e pela acolhida, por nos ensinarem tanto e com tanta maestria, a cada um meu singelo agradecimento.

A todos os funcionários do curso de Mestrado, que sempre me atendeu com tanta competência e disponibilidade.

Aos colegas de curso que por muitas vezes foram inspiração e refúgio, deixo minha admiração e gratidão.

Aos colegas de trabalho que me acompanharam e torceram por mim.

Aos amigos que sempre estiveram comigo, apoiando, ouvindo, incentivando, contribuindo.

Em especial à minha família, meus pais José Custodio e Luzia que com seus exemplos sempre me mostraram a realizar escolhas com fé, paciência e amor, e meus irmãos Lucimar, Gesmar e Luismar, que sempre me incentivaram a conquistar meus objetivos e sonhos desde criança.

Ao meu esposo Inildo, meu amor, que é meu esteio, meu grande incentivador, que sempre me apoiou nas minhas escolhas e decisões com tanto amor e carinho que me senti segura para ir em busca de mais um sonho.

As minhas filhas Maria Luísa e Laura Manuela, que permaneceram comigo, que me mantinham forte, que me alimentavam literalmente enquanto estudava, que me auxiliavam com computador quando ele travava, que faziam silêncio para não atrapalhar, que me entenderam e que me amaram mesmo quando eu não dispunha de tempo para eles. Foi por nós, por todos nós, nós conseguimos.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa em minha

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo desenvolver uma pesquisa qualitativa que pudesse trazer a família no cenário social e educacional do nosso país, reforçando a importância e o seu papel na participação da alfabetização dos estudantes. Trazendo para a discussão alguns pontos cruciais das políticas públicas neste processo, bem como os fatores que vão legalizando as condições econômicas das famílias em relação ao alto índice de analfabetismo. Para a discussão inicial foi necessário trazer as questões históricas referentes ao analfabetismo no Brasil, e como esse tem impactado no processo da educação de uma parcela significativa. Percorrendo questões em torno dos documentos oficiais do MEC como a diretriz normativa BNCC e o PNE e a PNA, que trazem um arsenal de um discurso de erradicação do analfabetismo, traçando proposta de melhoria. Porém, reforça que a realidade sobre o analfabetismo no nosso país é alarmante, uma vez que as ações de tais políticas não se efetivam da forma como está na teoria. Ressaltamos que o foco do trabalho se inicia com a criança e, posteriormente com a família trabalhando em parceria com a escola, neste sentido, juntas possuem uma responsabilidade direta pela criança que está em processo de aquisição de conhecimentos, construindo seus valores morais, éticos e filosóficos. Durante toda a análise do trabalho buscamos conciliar a alfabetização as políticas públicas, pois entendemos que os dados mais recentes apontaram e determinaram que ainda temos milhões de analfabetos acima dos 15 anos de idade. Fato este muito preocupante para um país como o Brasil. Salientamos que o desenvolvimento econômico precisa de política educacional consistente, que atinja a toda a população brasileira, sem discriminação de classe, gênero, raça e religião. Neste sentido entendemos que as políticas precisam ser igualitárias e não excludentes.

Palavra-Chave: Família, Alfabetização, Educação

ABSTRACT

This work aimed to develop a qualitative research that could bring the family into the social and educational scenario of our country, reinforcing the importance and its role in the participation of students' literacy. Bringing to the discussion some crucial points of public policies in this process, as well as the factors that legalize the economic conditions of families in relation to the high rate of illiteracy. For the initial discussion, it was necessary to bring up the historical issues related to illiteracy in Brazil, and how this has impacted the education process of a significant portion. Going through issues around official MEC documents such as the BNCC normative guideline and the PNE and PNA, which bring an arsenal of a discourse to eradicate illiteracy, outlining a proposal for improvement. However, it reinforces that the reality of illiteracy in our country is alarming, since the actions of such policies do not take effect in the way it is in theory. We emphasize that the focus of the work begins with the child and, later, with the family working in partnership with the school, in this sense, together they have a direct responsibility for the child who is in the process of acquiring knowledge, building their moral, ethical and moral values. philosophical. Throughout the analysis of the work, we sought to reconcile literacy with public policies, as we understand that the most recent data indicated and determined that we still have millions of illiterate people over 15 years of age. This fact is very worrying for a country like Brazil. We point out that economic development needs a consistent educational policy that reaches the entire Brazilian population, without discrimination based on class, gender, race or religion. In this sense, we understand that policies need to be egalitarian and not exclusive.

Keywords: Family, Literacy, Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade	42
Figura 2 Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil, por raça/cor	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Escolaridade Média no Brasil e Países da América Latina em Anos Alternados.....	37
Tabela 2 Desempenho na Avaliação Nacional de Alfabetização por Ano/Cor.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pesquisas realizadas na BDTD	22
Quadro 2	Dissertações de Mestrado no Catálogo de Teses e Dissertações da BDTD.....	23
Quadro 3	Trabalhos de pesquisa selecionados no Google Acadêmico	27
Quadro 4	Artigos científicos identificados na plataforma SCIELO com a abordagem “Família e Alfabetização”	29
Quadro 5	O Analfabetismo no Brasil por Período de Análise.....	39
Quadro 6	Taxa de Analfabetismo no Brasil em Anos Selecionados por Categoria de Idades...	40
Quadro 7	Avaliação Nacional de Alfabetização por Estado.....	47
Quadro 8	Descrição da Escala de Proficiência dos Resultados Analisados na Ana.....	48
Quadro 9	Desempenho do Aluno e o Resultado na Leitura.....	49
Quadro 10	Desempenho do Aluno e o Resultado na Escrita.....	49
Quadro 11	Proposta de trabalho com a Família	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANA	Avaliação Nacional de Alfabetização
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
INAF	Indicador de Analfabetismo Funcional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
TDAH	Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISUAM	Instituto de Ensino Superior do Rio de Janeiro
UNITRI	Centro Universitário do Triângulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

MEMORIAL – História pessoal, escolar, experiência acadêmica e profissional	13
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Tema, justificativa e problema	18
1.2 Revisão da Literatura	21
1.3 Seleção das Fontes.....	22
1.4 Tratamento dos dados	22
1.5 OBJETIVOS	30
1.5.1 Objetivo Geral	30
1.5.2 Objetivos Específicos	30
1.6 METODOLOGIA	30
1.6.1 Pesquisa documental e bibliográfica	30
1.7 CORPUS DOCUMENTAL	34
1.8 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO/PRODUTO	34
SEÇÃO 2	36
2.1 O ANALFABETISMO E SUAS RAÍZES NO BRASIL	36
2.2 POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO	45
2.3 PNA – AVANÇO OU RETROCESSO	54
2.4 QUESTÃO DOS MÉTODOS NA ALFABETIZAÇÃO.....	58
SEÇÃO 3	65
3.1 A FAMÍLIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	74

MEMORIAL – HISTÓRIA DE VIDA PESSOAL, PROFISSIONAL E ACADÊMICA

“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.
Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”
(José Saramago)

Começo aqui um resgate de memórias que me fizeram ser quem sou, memórias essas que estavam guardadas no meu interior que no decorrer da minha trajetória fui deixando adormecida e hoje com a finalidade de apresentar o trabalho de memorial estou sendo desafiada a buscar e refletir sobre meu caminho percorrido e as razões que me fizeram fazer escolhas que definiram meu ser.

Preciso iniciar refletindo sobre: o que é ser professor? Ser um herói? Um sonhador? Vivo sendo professor? ou sou professor vivendo? Quando paro para refletir sobre estas questões vejo que ser professor está além da profissão, resultado de uma construção de saberes e vivências como um ser que tem família, preferências, gostos, opiniões, dores e angústias. Pensando assim faço uma análise sobre minhas escolhas e hoje reconheço essa assertividade. Ser professora da educação básica há duas décadas me oportunizou conhecer e aprender com várias histórias de vida que fui privilegiada em participar. Segundo Arroyo (2001):

Somos professores. Somos, não apenas exercemos a profissão docente. Poucos trabalhos e posições sociais podem usar o verbo ser de maneira tão apropriada. Poucos trabalhos se identificam tanto com a totalidade da vida pessoal. Os tempos da escola invadem todos os outros tempos. Carregamos angústias e sonhos da escola para casa e de casa para a escola. Não damos conta de separar esses tempos porque ser professor ou professora faz parte da nossa vida pessoal. É o outro em nós. (ARROYO, 2001, p. 27)

Lembrando sobre minha infância, recordo sobre a admiração por meus professores da educação primária, mas minha real motivação para seguir nas minhas decisões sempre foi minha família. Sendo filha caçula de quatro irmãos com pais admiráveis com sua força e garra em tentar proporcionar a seus filhos caminhos e oportunidades de estudos que eles não tiveram. Eles viram na escola e na educação a maneira de saída de uma vida de subemprego, sem perspectivas de melhoria. Fomos incentivados a seguir um caminho diferente que eles haviam trilhado por falta de oportunidades.

Minha infância passei grande parte dela dentro de uma escola, como filha da cantineira escolar, como extensão da minha casa sempre gostei muito desse ambiente, do contato com os professores e colegas de escola. Fiz toda minha formação da educação básica nessa mesma escola. Era uma escola pública municipal de uma cidade pequena no interior de Minas Gerais que atendia crianças e adolescentes de primeira série até o segundo grau, hoje ensino médio e

oferecia para essa etapa de ensino duas opções o chamado curso científico que era uma preparação para o vestibular de faculdades e universidades das cidades vizinhas, pois a cidade onde residia ainda não tinha universidade ou faculdade para atender esse público, a escola também ofertava o curso de magistério ou antigo curso normal que era destinado a formação de professores que saíram com a habilitação para dar aula na etapa chamada na época ensino de 1ª a 4ª série.

Foi nesse contexto que cresci rodeada pela educação, lembro das minhas brincadeiras de infância com muita alegria e recordo que a mais agradável e sempre escolhida era “brincar de escolinha” mesmo antes de ingressar na primeira série, já gostava da brincadeira com minhas bonecas, coleguinhas e irmãos mais velhos com quem tive o primeiro contato com as letras. Matriculada e frequentando a escola com 06 anos de idade, já conseguia ler algumas palavras, por esse motivo muitas vezes era solicitada a ajudar meus colegas de sala. Quando a tia solicitava que retirássemos a cartilha da pasta para fazer a lição era um encantamento, na escola usávamos a cartilha “Caminho Suave” com o método silábico.

Hoje há uma discussão calorosa em relação aos métodos de alfabetização e uma crítica negativa em relação as cartilhas, mas como fui alfabetizada no método silábico, sei da influência dessa experiência na minha prática pedagógica e consciente das adequações necessárias aos livros didáticos usados no contexto atual, mas gostaria de deixar registrado meu testemunho positivo na maneira como fui alfabetizada. Me recordo também da minha admiração pelos professores e como despertaram em mim a vontade de aprender. Penso eu que nascia ali uma professora mesmo que na adolescência tenha pensado diferente. Segui meu caminho de estudos com muita leitura, desenvolvi o gosto pela literatura brasileira, era frequentadora da biblioteca da escola e biblioteca municipal da cidade onde ficava encantada com as histórias lidas, viajava por lugares e vivências dos personagens. Nessa mesma época sempre era incentivada principalmente por minha mãe a experimentar outras áreas como teatro, ballet e instrumentos musicais de piano e violão, mas penso eu, por ser muito tímida não consegui dar seguimento em nenhuma dessas áreas, mas reconheço a importância dessas experiências na minha formação enquanto pessoa.

Quando ingressei na antiga 5ª série eu e alguns colegas formávamos grupos de estudos e juntos embalávamos a ideia de uma formação superior pois na nossa cidade não oferecia esse nível de ensino, o sonho de morar em outra cidade e conquistar a independência só crescia no nosso grupo, pois para maioria dos estudantes que terminavam o ensino médio – antigo 2º grau já era tradição na cidade que os estudantes que queriam continuar seus estudos acabavam saindo do município. Assim ao terminar a antiga 8ª série iniciar o 2º grau, precisei fazer escolhas entre

os cursos oferecidos pelas escolas públicas do município que eram curso do magistério, científico e contabilidade.

Lembro que o conflito interior foi bem profundo pois teria que optar por uma formação que definiria meu futuro, essa decisão com apenas 14, 15 anos de idade era uma confusão e incerteza muito grande que me deixou indecisa entre meu sonho de criança em ser professora ou seguir uma das carreiras que estavam em destaque na época e continuam até hoje, que são os cursos superiores da área de saúde e realizar o sonho construído pelo grupo de amigos adolescentes.

Sempre incentivada por minha mãe que acreditava no prestígio e valorização da carreira do professor, decidi adiar minha decisão e optei por cursar concomitante o curso científico que me daria futuramente condições de concorrer a uma vaga no vestibular da universidade pública em um curso na área da saúde até então indefinido e optei por cursar no período noturno o curso do magistério que me daria a oportunidade na legislação da época em ministrar aulas para crianças de 1ª a 4ª série. Iniciei assim minha formação para ser professora e a entender um pouco da metodologia para ensinar, principalmente na alfabetização.

A partir dessa formação começou a desenhar com cores mais fortes o meu caminho como educadora. O magistério foi parte importante na base de minha formação, onde tive os primeiros contatos com as teorias de desenvolvimento que me despertaram o interesse pelas teorias de aprendizagem e perceber que teria um longo caminho a percorrer.

Me recordo em ouvir os professores falando com empolgação sobre Piaget e sua teoria do desenvolvimento cognitivo, comecei a observar com outro olhar os bebês e as crianças pequenas do meu convívio e me familiarizar com termos como organização e adaptação, assimilação e acomodação, e a me relacionar com conceitos hoje mais familiares dos estágios do desenvolvimento humano segundo Piaget nomeadas por estágio sensório-motor, estágio pré-operacional, estágio das operações concretas e estágio das operações formais.

Também no curso de magistério tive aulas de didática e no meu estágio realizado em escola pública em classes de alfabetização foi meu primeiro contato com a alfabetização depois da minha infância e observando aqueles professores, percebi que ensinar era transformador mas também muito desafiador principalmente conseguir alfabetizar aquelas crianças mais carentes, dos quais as famílias não conseguiam por vários motivos acompanhar a aprendizagem dos filhos, percebi naqueles momentos que nem todos aprendem da mesma maneira e da importância do papel do professor nesse processo.

A partir daí comecei a me interessar pelos tipos de aprendizagem, o que me fez decidir sobre a escolha do meu curso de graduação. Com o apoio da minha família e principalmente da

minha mãe me mudei para Uberlândia sozinha, estava nessa época com 17 anos, e por não ter meus pais condições de me manterem, precisei de trabalhar e meu primeiro emprego foi em uma clínica médica, mas não me adaptei a rotina e me senti infeliz.

Procurei trabalho em um centro de formação que atendia crianças e adolescentes de baixa renda no extraturno da escola regular, me apaixonei pelo contato com essas crianças e poder contribuir com o aprendizado delas. Tive certeza da minha escolha em cursar a graduação em pedagogia, iniciei então em 1995 meu curso de pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia, e também nesse mesmo ano fui aprovada no concurso público para professora de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, durante cinco anos me dediquei aos estudos e iniciei minha tão sonhada carreira, no início foi com muito medo, incertezas e um frio na barriga, que aliás tenho até hoje, por cada ano ver em cada nova turma, novas histórias e perceber a importância e a responsabilidade da educação na vida de cada criança, principalmente na vida das crianças com pouca disponibilidade financeira e ver que talvez somente a escola seja uma oportunidade de mudança na vida delas.

A universidade me proporcionou ver essa realidade com um olhar amplo e procurar as razões dessas diferenças sociais e que conseqüentemente afeta e molda a sociedade. Foram cinco anos de muito estudo e vivências imersas no interior da escola, lembro que minha turma de pedagogia foi a última de cinco anos, houve alterações nas leis e a nova LDB “Em 20 de dezembro de 1996, o texto da Lei de Diretrizes Bases – Lei nº 9.394, conhecida como Lei Darcy Ribeiro – foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e em 23 de dezembro foi publicado no Diário Oficial da União”, começou a entrar em vigor trazendo várias mudanças para educação, aprofundi meus estudos sobre as teorias de educação e minha prática na escola foi sendo constituída por um olhar mais crítico.

Com a nova LDB (Lei nº 9.394/96) a “legislação educacional brasileira passa a estabelecer o atendimento especializado e gratuito a educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. A partir daí a escola passa a receber alunos especiais e a Rede Municipal da cidade precisou desenvolver políticas públicas para garantir o acesso a uma educação inclusiva, foi criando então uma equipe da Educação Especial para dar suporte aos profissionais da educação – AEE (Atendimento Educacional Especializado). Nessa época eu era professora de turmas de alfabetização e recebi um aluno com TDAH (Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade), me recordo que esse aluno mexeu muito comigo e vi a necessidade de estudar sobre o transtorno para ajudar aquela criança e a mim mesma como educadora, sendo desafiada a sair da zona de conforto, o caso era tão desafiador que a

professora, hoje doutora Claudia Dechichi se interessou em realizar sua pesquisa tendo como estudo de caso esse aluno.

Nos próximos anos sempre tinham alunos especiais na minha sala o que contribuiu penso eu para ser chamada a trabalhar diretamente nos atendimentos especializados com as crianças com necessidades especiais no programa chamado Ensino Alternativo. Foi um período de muitas descobertas e aprendizado pessoal e profissional, vivia cada história com as famílias daquelas crianças, orientava nos encaminhamentos e na sugestão de atividades de estimulação sempre pensando em promover a autonomia e o desenvolvimento das potencialidades de cada criança. Mergulhei fundo nesse assunto e quanto mais estudava, mas descobria que não sabia nada. Cada criança que atendia era um desafio diferente. Quando terminei minha graduação em pedagogia, já iniciei de imediato minha pós-graduação na UNITRI – Centro Universitário do Triângulo, em psicopedagogia para tentar entender um pouco mais sobre as deficiências.

Acompanhei dentro da escola algumas alterações e conquistas em relação a educação especial, mas com certeza muito ainda precisa ser realizado para tão sonhada inclusão. Trabalhei por 10 anos com a educação especial, até novamente haver alterações na regulamentação do plano de cargo e carreira e os professores que atuavam nos atendimentos extraturnos na escola regular com alunos com alguma deficiência foram obrigados a retornarem para seus cargos de origem, no meu caso voltei para sala regular. Antes dessa data, em 2012 realizei também o concurso para supervisão pedagógica na rede municipal de ensino, um dos cargos que atuo até hoje que também tem agregado muito na minha formação como educadora, acompanho na prática os desafios da escola em orientar professores, alunos e familiares no processo de aprendizagem.

Essa função me proporcionou fazer a escuta desses vários sujeitos que fazem a aprendizagem acontecer e sempre a mesma observação muito tem me intrigado. Onde a grande maioria dos alunos no início da alfabetização que têm dificuldades nesse processo são de famílias com uma renda mais baixa ou com grande desinteresse pela vida escolar dos filhos, como eu educadora posso melhorar minha prática dentro da escola para auxiliar nesse processo tão complexo para as crianças e suas famílias? Por acreditar que a escola é uma extensão da sociedade com potencial de transformação social, sei da minha responsabilidade como ator corresponsável em buscar alternativas e quiçá soluções para o tão grave problema do analfabetismo, principalmente entre as camadas sociais menos favorecidas economicamente.

Começo assim minha trajetória de pesquisadora com uma firme vontade de aprender e contribuir com a sociedade da qual faço parte. Será um sonho? Serei eu a única representante do meu sonho na face da Terra?

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema, justificativas e problema

A alfabetização é o processo de ensino e de aprendizagem da escrita e da leitura. Por ser bastante complexo, ele pode ser abordado sob diferentes perspectivas. Por um lado, envolve a aprendizagem com os aspectos cognitivos, tais como, a memória, a atenção, a motivação e o desenvolvimento do alfabetizando. Por outro lado, a alfabetização é um fenômeno social e como tal, envolve variáveis sociais, econômicas e históricas. Em razão disso, apesar de todos os avanços teóricos e metodológicos, das políticas educacionais e de todos os estudos envolvidos, ainda convivemos com o fantasma que assombra a educação, e o processo da alfabetização e do letramento de nossas crianças, em especial, nos anos iniciais do ensino fundamental (SOARES, 2021).

A complexidade apresentada e posta para os profissionais da educação básica, em todo o território nacional, é um enorme desafio. Vale salientar que, com a aprovação da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, como uma base comum curricular de alcance geral, temos também uma política, respaldada no Plano Nacional de Educação – PNE – ambos embasados e direcionados em prever metas para promoção e qualificação da educação brasileira.

No entanto, esses documentos trazem propostas de melhorias, mas as ações ainda não alcançam as reais dificuldades enfrentadas pelos profissionais e professores das escolas, uma vez que as metas e os princípios impostos pelas políticas de avaliação em larga escala desconsideram a diversidade econômica, política, cultural e social do país.

Os educadores convivem com uma estrutura de controle, prescrita pelos sistemas de avaliação nacional, a qual prevê uma orientação e um direcionamento em torno das suas ações e do método, a ser desenvolvido. Todos esses fatores reunidos, no dia a dia das nossas escolas, geram sentimentos e ansiedade nos profissionais no seu exercício de alfabetizar das crianças do país (SOARES, 2021)

Neste sentido, precisamos compreender que a primeira etapa da educação, a alfabetização, foi e é um desafio social. Em pleno século XXI percebe-se a angústia dos profissionais que atuam com esse segmento escolar. Vislumbramos com clareza que os professores comprometidos com esse processo se sentem desamparados e sem apoio das políticas educacionais, ora precisam melhorar os resultados da escola, ora precisam alfabetizar as crianças no cenário atual, onde existe a carência estrutural das escolas públicas. Os anseios

dos profissionais da educação, nessa área, nos fazem corresponsáveis sociais no intuito de refletir sobre tais problemática.

Diante deste cenário, os dados quantitativos sobre o analfabetismo produzem uma grande inquietação e vêm ao encontro da nossa problemática. Sabemos que o quantitativo de analfabetos em 2020 ainda é de 2/3 da população brasileira, isso significa que o mapeamento foi realizado em pessoas acima de 15 anos. Ao longo do trabalho iremos desenvolver algumas análises para elucidar.

Cabe ressaltar que, para enfrentar esse tema alfabetização, é preciso coragem, responsabilidade e comprometimento com as camadas populares uma vez que a aprendizagem da leitura é da escrita é um direito e que necessita ser garantido para todas as crianças.

Nesse burburinho, encontra-se a criança como sujeito que merece atenção especial e que compõe um ambiente socializador que é a família. Sabemos que ali está a base inicial para a formação do cidadão. É no seio familiar que se inicia o processo de instrução da criança que vai acontecer sob a responsabilidade da família até ingressar na escola com a educação formal.

Na família que é o primeiro grupo social que uma criança convive ela desenvolve-se, e neste ambiente que a criança recebe amor afetividade atitudes carinhosas aprende princípios éticos e morais. Os laços afetivos formados dentro da família, particularmente entre pais e filhos, podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivos que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa. Por exemplo, o apoio parental, em nível cognitivo, emocional e social, permite à criança desenvolver repertórios saudáveis para enfrentar as situações cotidianas. (EISENBERG & COLS, 1999 in: DESSEN & POLONIA, 2007, p. 13).

A exposição às práticas e aos discursos institucionais, a que somos submetidos, cria uma situação de confronto, ainda que desigual, entre as ideias construídas no processo de constituição da criança e aquelas que se estabelecem na legislação. Na verdade, o que determina a lei, sobre a garantia dos direitos da criança, ainda está longe da realidade, na qual vivemos. Há muito que fazer, para diminuir as desigualdades sociais. As crianças sofrem os reflexos dessa problemática, quando seus direitos previstos na Constituição Federal são negligenciados.

Enquanto profissionais da educação e seres humanos preocupados com a formação de nossas crianças, dirigimos nosso olhar para a alfabetização, acreditando que o acesso à educação de qualidade deve ser garantido para todos, independente da sua condição social.

Vê-se então, a necessidade de refletir com base teórica na educação, se a estrutura social familiar interfere na constituição da aprendizagem escolar das crianças e repercute no analfabetismo brasileiro.

Na história da educação no Brasil, a alfabetização sempre foi destinada à classe dominante e foi somente depois de muitas lutas que a educação passou a ser considerada um direito de todos, mas, apesar dessa conquista legal, do direito à educação, muito ainda precisa ser feito pra que se tenha uma educação de qualidade, principalmente para as classes menos favorecidas.

O que se percebe, com muita nitidez, é que no contexto brasileiro atual, há um número muito grande de analfabetos e não letrados, como demonstra o documento Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF), do Instituto Paulo Montenegro (2018): 3 entre cada 10 brasileiros, na faixa etária de 15 a 64 anos, podem ser considerados analfabetos funcionais¹.

Com efeito, analfabetismo funcional designa a condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e compreensão de texto. O termo “funcional” o distingue do analfabetismo absoluto, que é o analfabetismo em sentido estrito, ou a condição daquele que não sabe ler nem escrever. Ambas as expressões remetem à nomenclatura usada na meta 9 do PNE. O analfabeto funcional, embora capaz de ler (decodificar) e de escrever (codificar), não o faz de modo funcional, isto é, ou não adquiriu habilidades suficientes de leitura e escrita, ou não progrediu nelas como devido (PNA, 2019).

A escola, como hoje a conhecemos, passou por várias mudanças, seguindo influência da Europa, a qual até meados do século XIX, foi uma instituição elitista, pois a maioria da população tinha pouco acesso ao ensino. Desta forma, era exclusivamente frequentada por classes sociais privilegiadas. Com isso, puderam garantir o sustento familiar, mantendo seus filhos afastados do trabalho (BARROSO FILHO, 2000).

O presente trabalho nasceu da necessidade de refletir sobre a alfabetização e compreender a contribuição da família nesse processo de aprendizagem. Conhecer as propostas voltadas para melhoria da educação, partindo do pressuposto de que a educação é a melhor maneira de superar as dificuldades sociais. Considerar que cada criança alfabetizada dentro de uma família é a esperança de resgatar seus familiares de uma condição de subordinação ao

¹ São chamados de analfabetos funcionais os indivíduos que, embora saibam reconhecer letras e números, são incapazes de compreender textos simples, bem como realizar operações matemáticas mais elaboradas. Veja mais sobre "Analfabetismo funcional" em: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/analfabetismo-funcional.htm>

sistema capitalista, sendo assim, vislumbrar um futuro digno para cada família e, conseqüentemente, um melhor desenvolvimento do país.

Nesse contexto, presenciamos, a cada governo federal, a implementação de políticas públicas como propostas para a melhoria da qualidade na educação, mas efetivamente, o Brasil ainda não alcançou os índices desejáveis sobre a qualidade na educação. Vale citar a Emenda Constitucional nº 59/2009 que detalha os objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), entre os quais estão: (I) a erradicação do analfabetismo, (II) a universalização do atendimento escolar e (III) a melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, 2009).

Tais aspectos elucidados acima compõem as metas traçadas no Brasil, porém percebemos que algumas políticas públicas já foram implementadas, visando a melhoria na qualidade da educação nacional. No presente trabalho, analisaremos mais especificamente a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída, para fomentar os programas e as ações voltados à alfabetização com objetivos de cumprir as metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação (PNE) que serão analisadas posteriormente nesta pesquisa.

Pretende-se em entender os empecilhos, dificuldades e propostas que auxiliam na alfabetização, ampliando o nosso olhar sobre as contribuições e relevância da família no processo de aprendizagem, numa abordagem histórico social crítica. Acredita-se que sujeitos alfabetizados tem maior oportunidades de conquistar uma melhor qualidade de vida e lutar por seus direitos e entender seus deveres, diminuindo a desigualdade social.

Neste sentido, pesquisar e refletir sobre as bases teóricas da alfabetização com referenciais pedagógicos, socioeconômicos, metodológicos e psicopedagógicos poderá contribuir com o avanço do estudo da alfabetização de qualidade na sociedade e por consequência a diminuição da taxa de analfabetismo e evasão escolar que são alguns dos grandes problemas sociais e educacionais que refletem diretamente no desenvolvimento econômico do país.

1.2 – REVISÃO DA LITERATURA

Esta parte do trabalho tem como objetivo apresentar ao leitor sobre as pesquisas existentes relacionadas ao tema, ora estudado. Traz dados de forma sistematizada com seus autores, ano de publicação e apresenta-se um breve resumo da obra, seção esta chamada de mapeamento das produções científicas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional – teses,

dissertações/produtos e artigos científicos, tendo em vista a importância da pesquisa minuciosa para responder ao problema apresentado no início do estudo.

Muitas são as publicações que abordam alfabetização, família, educação, aprendizagem, por isso realizamos várias combinações de descritores e os resultados serão expressos nos quadros que seguem.

1.3 - SELEÇÃO DAS FONTES

A primeira fonte de pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); em seguida no Google Acadêmico e por fim, na base da Scientific Electronic Online (SCIELO). Outras publicações foram utilizadas que estavam relacionadas diretamente ao tema.

1.4 - TRATAMENTO DOS DADOS

Com as pesquisas levantadas, realizamos a leitura dos resumos e selecionamos aquelas pesquisas que poderiam contribuir para a dissertação em questão. Os resumos que serão apresentados se referem a publicações que foram analisadas para esta pesquisa. Utilizou-se a combinação de descritores para o alcance de pesquisas que aproximassem da discussão em foco.

O quadro inicial traz os números gerais, não significando que todos os trabalhos foram analisados, mas para que entendamos os caminhos traçados na busca de publicações importantes para a discussão e que de forma direta ou indireta pudessem contribuir para o alcance dos objetivos apresentados.

QUADRO 1 - PESQUISAS REALIZADAS NA BDTD

Descritores	Produções encontradas		Total
	Dissertações	Teses	
Alfabetização	3078	898	3976
Alfabetização/Família	152	58	210
Aprendizagem/Família/ Alfabetização	71	18	89
Aprendizagem/ Alfabetização	1327	327	1654

Família/Educação	6420	2300	8720
Educação/Analfabetismo	318	140	458

FONTE: Dados da BDTD. Disponível em: <<https://bdttd.ibict.br/vufind/>>

Na seleção dos textos que foram utilizadas nesta pesquisa, a partir do quadro apresentado, procuramos conhecer as pesquisas oriundas dos descritores aprendizagem, família e alfabetização, Na sequência, as pesquisas dos descritores Educação e analfabetismo.

QUADRO 2 - DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NO CATÁLOGO DA BDTD

Índice	Título	Autor (a)	Ano de Defesa	IES
1	Escola e família: investimentos e esforços na alfabetização de crianças	Priscila Angelina Silva da Costa Santos	2016	UFPE
2	A influência da família no processo de alfabetização: um estudo de caso numa instituição filantrópica na cidade de São Paulo	Daniela Orba Maggi	2011	USP
3	Relação escola-família: possibilidade de aproximação em situação de dificuldades de aprendizagem dos alunos	Maria Lúcia Spadini da Silva	2008	Universidade Católica de São Paulo
4	Cultura organizacional da escola: contribuições para o Ciclo de Alfabetização	Maria de Lourdes Holanda	2022	UFCE
5	Dificuldades escolares: percepções das famílias e dos educadores	Paula Salve Pellegrinetti Junqueira	2015	UNICAMP
6	Relação da família com o processo de escolarização durante a pandemia: dificuldades encontradas	Maria Jozelma Barbosa Mainente	2022	PUC – SP
7	Estudo sobre o desempenho escolar a partir dos aspectos evidenciados na relação família e escola	Talícia Calais Vaz de Melo	2018	Universidade Federal de Viçosa
8	Escola e família: uma possibilidade de diálogo	Margarette Gonçalves Bezerra Andrade	2017	Faculdades EST

FONTE: Dados da BDTD. Disponível em: <<https://bdttd.ibict.br/vufind/>>

Apresenta-se a partir das informações dos quadros, o resumo das pesquisas analisadas, com a intenção de mostrar a trajetória traçada pelo pesquisador.

Santos (2016) buscou reconhecer os investimentos e esforços da escola e da família que contribuem com o processo de aprendizagem da leitura e da escrita de crianças imersas no ciclo de alfabetização, investigou as práticas de leitura e escrita vivenciadas na escola, identificou os investimentos da escola na aprendizagem da leitura e da escrita, observou a rotina da escola e da sala de aula em que estudam as crianças pesquisadas, investigou as práticas de leitura e escrita vivenciadas em casa, identificar o investimento familiar na aprendizagem da leitura e da escrita e observar a rotina familiar das crianças.

Maggie (2011) aborda o processo de alfabetização como algo intrigante, fascinante e, por vezes, misterioso. A presente pesquisa foi inicialmente motivada pelo intrigante questionamento: crianças que convivem diariamente com suas famílias tem maior facilidade de aprendizagem durante o processo de alfabetização? Para tentar respondê-lo, o caminho percorrido foi o de confrontar-se com a realidade de uma sala de alfabetização diferente: situada numa instituição filantrópica, sem fins lucrativos, com crianças de cinco e seis anos em situação de risco. Após alguns encontros e desencontros, foi possível estabelecer a relação entre os dois conceitos e até encontrar um novo elemento: as funções que a família desempenha. Sem pretensão de esgotar o tema o presente trabalho sugere novos olhares e questionamentos para a o tema da relação família-escola.

Silva (2008) procurou compreender os movimentos de aproximação da escola com as famílias dos alunos das quartas séries que não estavam alfabetizados e verificar como as professoras percebem a participação das famílias no processo de aprendizagem. Esse referencial demonstra os confrontos que acontecem entre as duas instituições e que são gerados principalmente pela desconsideração da cultura familiar como sendo diferente da cultura escolar; pelo mito da não participação dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos; pela culpabilização da família, pelo fracasso ou sucesso do aluno na escola; pelo modelo estereotipado de família, no qual a escola se apoia para promover uma integração; e por ações geradas por parte da escola, que mais promovem o afastamento do que a aproximação com as famílias. Acreditando que a aproximação escola-família importante para melhorar a qualidade do ensino, o referencial também aponta para as possibilidades que promovem espaços de encontro entre as duas instituições.

Holanda (2022), buscou investigar os direcionamentos relacionados ao processo de alfabetização de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir da reestruturação da

oferta de ensino na rede municipal e das interferências ocasionadas na cultura organizacional das escolas públicas municipais de Pindoretama - CE. Foram analisados os significados que são compartilhados na cultura organizacional dessas escolas sobre o processo de alfabetização, seguindo na descrição das práticas de alfabetização que são desenvolvidas em relação ao processo de alfabetização das crianças e por fim compreender as relações de interação que ocorrem durante o acompanhamento pedagógico do processo de alfabetização das crianças. Entre os resultados entenderam que o processo de reestruturação trouxe muitos desafios de interações entre a comunidade escolar, famílias, professores e gestores, no entanto para alguns os desafios foram ainda maiores. No entanto, todos conseguiram enfrentar e superar esses desafios e hoje há uma aceitação e uma parceria bastante positiva nas seis instituições de ensino que participaram da pesquisa.

Junqueira (2015) teve como objetivo geral a identificação e compreensão das queixas escolares e os fatores associados a elas na escola pública. Buscou também identificar e compreender a visão dos docentes e familiares com relação a estas queixas e alunos para assim desenvolver possíveis intervenções e orientações dentro deste contexto. Identifica-se a necessidade da compreensão de que o fracasso escolar, decorrente da dificuldade de aprendizagem, deve ser enxergado em sua multifatorialidade e principalmente dentro de seu contexto de relações. Os resultados do estudo sugerem que uma compreensão multifacetada das dificuldades de aprendizagem, que extrapole os aspectos técnicos do conhecimento específico e incorpore dados da história, identidade e contexto de desenvolvimento podem ser úteis para o planejamento de atividades pedagógicas.

Mainente (2022) refletiu sobre a pandemia causada pela COVID-19 e as implicações no modo de vida das pessoas, objetivou analisar conquistas, desafios e dificuldades enfrentados pelas famílias e estudantes durante a pandemia, para garantir o acesso, a participação e aprendizagem nas aulas remotas. Os resultados permitiram observar que as famílias entrevistadas se organizaram da melhor maneira possível na tentativa de atender as necessidades pedagógicas, físicas, mentais e afetivas dos estudantes. Todavia, se observado do ponto de vista da pesquisadora enquanto professora, não foi unânime que todas as famílias tenham conseguido adaptar a rotina durante a pandemia, pois muitos alunos permaneceram afastados do processo ensino aprendizagem, mesmo diante da adoção de mecanismos de busca ativa.

Melo (2018) objetivou-se analisar o desempenho escolar dos alunos, considerando-se a percepção das famílias, da escola e dos adolescentes. O desempenho educacional de estudantes é um assunto que as famílias e os profissionais em educação devem se atentar, pois é relevante

perceber se o baixo rendimento dos discentes derivam de aspectos intrínsecos ou de fatores dos ambientes nos quais eles estão inseridos.

Enquanto profissionais enfrentamos problemas e as queixas são variadas no que se refere ao rendimento escolar. Entre estas reclamações podemos citar as práticas educativas que não atendem às diversidades dos alunos, famílias que enfrentam diversos desafios de ordem social, ou dimensões atreladas ao processo de desenvolvimento do educando. Entre os resultados alcançados encontra-se os fatores ambientais, seja por influências internas e ou externas à família, pois, no âmbito familiar, há vivência de situações conflituosas na relação intrafamiliar ou mudanças na família, como nascimento de irmãos que influenciaram no comportamento dos jovens pesquisados. (MELO, 2018)

Verificou-se, ainda, que há um distanciamento entre essas famílias e a escola, pois os pais frequentam a instituição de ensino apenas por intermédio de reuniões pedagógicas; entretanto, esses pais acreditam ter engajamento nos estudos dos filhos. Surpreendeu-nos o fato de que grande parte dos alunos se sente motivada, apesar de enfrentar percalços. Contudo, alguns pais relataram não perceber tal motivação. Os resultados encontrados confirmaram a inter-relação entre as tarefas desenvolvimentais relacionadas à etapa do ciclo de vida vivenciada pela família e os possíveis eventos estressores que geram repercussões no processo de ensino e aprendizado dos alunos. Evidenciou-se a importância de a escola conhecer a realidade das famílias de seus alunos, no sentido de buscar alternativas para lidar com as dificuldades enfrentadas por eles.

Andrade (2017) aborda a interação comunicativa entre família e escola para o aprimoramento da aprendizagem de forma humanizada e integrada. Este autor traz na sua essência questões essenciais para esta relação entre a escola e a família. Por meio da vivência na escola pública tornou-se visível a compreensão de que, nessa esfera educacional, consolidou-se uma defasagem no processo ensino-aprendizagem dos/das estudantes, como também visível foi a concretização das desigualdades sociais, intensificadas pelo sistema opressor globalizante. O objetivo maior desse trabalho dissertativo, foi de verificar quais caminhos podem ser trilhados pela gestão escolar democrática e participativa para firmar parceria com a família dos/as estudantes, favorecendo uma vivência de aprendizagem significativa mais humana e uma formação integral. O resultado é a compreensão da realidade para uma formação humanizada de pessoas que se transformam e promovem intervenções sociais através do diálogo.

QUADRO 3 – PESQUISAS SELECIONADAS NO GOOGLE ACADÊMICO

ÍNDICE	TÍTULO	AUTOR (A)	ANO	INSTITUIÇÃO
1	Participação da Família na Escola	Maderli aparecida Zadra	2010	UFPA
2	A importância da Família no processo de alfabetização do educando	Ivone Teresinha Stimiesk	2010	UFRGS
3	A influência da família no processo de aquisição da leitura e da escrita das crianças: descortinando interfaces entre família e escola para a conquista da alfabetização	Mariluz de almeida Santos	2018	UF do Recôncavo da Bahia
4	A Família na Escola: Uma Breve Análise Sobre a Participação da Família no Processo de Alfabetização e Letramento	Beatriz Alves Moura Daniele Lopes de Oliveira e Silva Pimenta Maria Aparecida dos Santos Siqueira Stella Alves Rocha da Silva	2022	UNISUAM

FONTE: Google Acadêmico

Zadra (2010) apresenta a importância da família e nos explica que família e escola são contextos diferentes e nisso consiste em parte sua riqueza e potencialidade na promoção dos sujeitos. Ao discutir a educação escolar afirma a necessidade de unir esses contextos em uma relação estável e construtiva no compartilhamento de critérios educativos. Os resultados de uma relação mais efetiva serão positivos e significativos para o processo de formação do estudante.

Nessa perspectiva Zadra (2010) investigou os aspectos que dificultam a participação da família na escola, passando pelo distanciamento que é fato, mas também da necessidade do apoio familiar na educação e com os resultados propor alternativas que venham contribuir para que aconteça a efetiva participação dos pais na escola. Concluiu que a escola precisa de pessoas que realmente enfrentem a situação e que através da criatividade tragam esses pais para dentro da escola, que agilizem seus professores a fazer muito mais que conversar com os pais, é

necessário entusiasmar os pais e formar parcerias trabalhando sempre para o desenvolvimento da cooperação, respeito e responsabilidade de todos os envolvidos na educação das crianças.

A pesquisa de Stimiesk (2010) trouxe como objetivo evidenciar o processo de alfabetização, a importância da família no processo de desenvolvimento escolar da criança e do professor no desenvolvimento das séries iniciais, principalmente no processo de alfabetização, ressaltando a função da afetividade, no desempenho do aluno no que se refere à relação família x escola. As reflexões apresentadas por esta autora se deram por meio das análises dos teóricos do campo do conhecimento, como Piaget (1988), Szymanski (2001), Libâneo (2000), Carvalho (2009), SUTTER, (2007), Ferreiro (1996). As reflexões realizadas possibilitaram concluir que o sucesso no desempenho do aluno no processo de alfabetização, será determinado da relação de afetividade entre família, professor e escola, que o sucesso nesse processo não depende de uma dessas instituições, mas da união de todas com o objetivo de educar.

Santos (2018) realizou uma reflexão sobre a participação da família no processo de alfabetização dos filhos, tendo como objetivo compreender de que forma a participação da família pode ajudar no processo de aquisição e apropriação da leitura e da escrita dos filhos. Importante ressaltar que esta discussão A abordagem teórica e conceitual foi fundamentada, principalmente, nos estudos de Andrade e Estrela (2016), Paro (2000), Perez (2007). Entre os sobre como a família pode ajudar nos processos de escolarização traz muitos questionamentos para aqueles pais que não possuem conhecimento para ajudar seus filhos. Estas famílias precisam de um maior apoio por parte das escolas, mas deve-se ficar entendido que o envolvimento com todo o processo educacional, não é somente no ensinar, mas no educar, dar amor, orientar e acompanhar seus filhos. Os dados da pesquisa verificaram que a participação da família influencia diretamente no desenvolvimento acadêmico dos filhos, reforçando a necessidade de estabelecer uma relação sólida desses sujeitos (família e escola).

Moura et al (2022) traz uma breve análise sobre a participação da família no processo de alfabetização e letramento, com o objetivo de analisar a importância da participação dos integrantes familiares no cotidiano escolar relacionado ao processo de letramento e alfabetização dos educandos. Numa abordagem com aspecto incluindo o letramento, a busca de respostas permanece no mesmo enfoque das pesquisas apresentadas aqui, que é a importância da participação da família na vida escolar dos estudantes. As considerações finais desta pesquisa afirmam a relevância da participação da família e da escola para a alfabetização e letramento, que estabelece lacuna para uma direção em que a escrita e a leitura do educando estão efetivas.

QUADRO 4 – ARTIGOS CIENTÍFICOS IDENTIFICADOS NA PLATAFORMA SCIELO SOBRE “FAMÍLIA E ALFABETIZAÇÃO”.

ÍNDICE	TÍTULO	AUTOR (A)	ANO
1	A relação Família e Escola – Interseção e Desafios	Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira e Claisy Maria Marinho-Araújo	2010
2	Interesse e cuidado dos pais na alfabetização dos filhos	Eliane Porto Di Nucci	1997
3	Desafios e conquistas na participação da família no processo de alfa leitura dos educandos.	Laiana Bezerra de Oliveira	2021

FONTE: SCIELO

Oliveira e Marinho-Araújo (2010) analisa questões referentes à relação família-escola. Traz definições históricas sobre esta instituição e suas diferentes concepções e funções que vão sendo alteradas ao longo do tempo; abordam-se a especificidade da escola e a interdependência existente entre a família e esse sistema. As conclusões desta pesquisa apontam para uma problemática nesta relação, uma vez que permanece o decréscimo da participação dos pais à medida que os filhos avançam em sua escolaridade.

Di Nucci (1997) realizou um levantamento de dados referentes aos interesses e às dificuldades dos pais em relação à participação na alfabetização de seus filhos. Por meio de um questionário direcionado à 25 mães de crianças no início da alfabetização conseguiu-se identificar que os familiares demonstram disposição para participar mais efetivamente da escolarização em parceria com a escola, uma vez que os interesses estão voltados para a evolução da escrita na criança e aos métodos de alfabetização.

Oliveira (2021) ao refletir sobre o relevante papel da família no processo de escolarização, destaca a necessidade de fortalecimento desta parceria e a geração de hábitos de leitura das crianças. Buscou-se, nesta pesquisa, identificar a compreensão dos pais e responsáveis no processo de alfa leitura dos filhos e compreender os desafios e conquistas na participação da família. Os termos alfa leitura e alfabetização foram adotados como compreensão de que os processos de alfabetização e leitura são complementares. Os resultados da pesquisa apontam para uma dificuldade efetiva dos pais em acompanhar a escolaridade dos filhos. Verificou-se que a relação dos pais com a escola é, na maioria das vezes, para assuntos

burocráticos, sendo assim necessário construir uma cultura em que a família participe mais da escola, pois assim construirá um vínculo maior entre as duas intuições para que possam contribuir com todo o processo de aprendizagem e escolarização dos estudantes.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 - Objetivo geral:

Analisar a importância do papel da família no processo de alfabetização.

1.5.2 Objetivos específicos

Caracterizar a situação do analfabetismo no Brasil e suas raízes;

Analisar as recentes estratégias para melhorar a alfabetização, por meio da PNA e discutir e relacionar as metas do PNE destinadas a melhorar os índices educacionais;

Discutir a importância da relação família e escola para a aprendizagem;

Refletir sobre o papel da família na alfabetização das crianças;

Analisar criticamente as políticas públicas de alfabetização no Brasil;

Propor um projeto de intervenção democrático e participativo envolvendo a família para melhorar o processo de alfabetização escolar. VAI MANTER ESSA PROPOSTA -FINAL

1.6 - METODOLOGIA

1.6.1 - Pesquisa documental e bibliográfica

A pesquisa tem como base metodológica a abordagem qualitativa por acreditar que para melhor compreender e analisar a questão central, a abordagem nos traz alicerce para atingir nossos objetivos, que envolve discutir sobre a importância da alfabetização e a participação da família para o sucesso desse processo, pois para Flick (2009, p.61), “o objetivo não é reduzir a complexidade fragmentando-a em variáveis, mas sim aumentar a complexidade incluindo o contexto.

Será feita a leitura e análise de documentos e estudos sobre o assunto, estabelecendo um diálogo reflexivo entre a teoria e os documentos investigados. Flick (2009), assim expressa a abordagem qualitativa:

A forma de gerenciar a qualidade no processo de pesquisa qualitativa tornou-se um tópico de muita importância para avançar o desenvolvimento da pesquisa qualitativa como um todo. Portanto, o foco da discussão sobre qualidade da pesquisa qualitativa passou – não completamente, mas principalmente de níveis fundamentais, epistemológicos e filosóficos para níveis mais concretos de pesquisa. (FLICK, 2009, p.16)

Nesta pesquisa bibliográfica e documental, utiliza-se de vários documentos escritos, visuais, obras que trazem teorias sobre o tema estudado, pesquisas anteriores sobre o tema, utilizando alguns métodos sistemáticos de seleção, escolha e interpretação, com o intuito de agregar e sistematizar conhecimentos, aprofundar o que se sabe e, de certa forma, contribuir para o que está sendo pesquisado. Segundo Lima e Miotto (2007, p.38),

A pesquisa bibliográfica consiste em um “conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atentando ao objeto de estudo”. Para as autoras “o processo de pesquisa se caracteriza como uma atividade científica básica, que através da indagação e (re) construção da realidade fomenta a atividade de ensino e a renova frente a realidade”. (LIMA E MIOTTO, 2007, p. 39).

Entender as raízes do analfabetismo passa por explicar o fracasso que ocorre logo no início da escolarização, em que a maioria dos alunos são agrupados em ciclos de alfabetização, mas não alcançam a alfabetização de fato. Ao permanecerem do 1º ao 3º ano no processo de alfabetização e serem promovidos para continuar os estudos somente disfarça o problema. O que se precisa entender é o porquê que muitos alunos finalizam esse ciclo de alfabetização sem alcançar os resultados almejados. Quais as questões que envolvem os resultados da alfabetização.

Não é fácil entender esta problemática e enquanto profissional da educação é possível afirmar a complexidade e a nítida implicação sociopolítica nesta questão. Se o estudante passa pelo ciclo de alfabetização e continua seus anos de escolaridade com certa dificuldade, é nítido que poderá ocorrer maior reprovação e evasão. Há de considerar também que o nível econômico da clientela e a permanência dessas crianças na escola estão claramente associados.

Sabemos que a escola não apenas é um canal de reprodução social; hoje a educação, ainda que não receba o reconhecimento necessário, é vista de forma mais respeitosa e convém lembrar aqui da importância em garantir o acesso à escola e, sobretudo, aos esforços de reflexão, teorização e prática que assegurem ao processo pedagógico a eficiência necessária à permanência e ao aproveitamento de todos os alunos. Nessa vertente, compartilho as ideias de Franchi (1997);

Não pretendo propor uma nova forma de estudar a alfabetização, nem receitas novas técnicas. Meu interesse é para um trabalho pedagógico que mostre uma alfabetização que se aproxime do processo natural do desenvolvimento psicológico da criança, acompanhando a maturação dos processos cognitivos envolvidos; por outro lado, que não situe esses processos exclusivamente no sujeito alfabetizando, mas nas relações sociais mais complexas que supõem a formação dos conhecimentos como “construção” social e coletiva, estreitamente vinculada aos usos sociais da linguagem. Essa é a razão pela qual tomo como pressuposto básico que a alfabetização se vincule sempre a processos significativos e interativos. (FRANCHI, 1997, p. 13-14).

Na alfabetização há muitos aspectos específicos a considerar e não se deve supor que todas as informações necessárias à prática já estejam catalogadas e analisadas. É preciso considerar os resultados dos procedimentos adotados para a alfabetização e os resultados conhecidos da alfabetização na prática corrente.

Propostas como o Alfalettrar, de Magda Soares trazem uma nova concepção de aprendizagem da língua escrita. A alfabetização é a raiz, é o princípio. Sem a alfabetização segura e clara, a criança dificilmente progride e ao longo das décadas as crianças vem fracassando na alfabetização. As avaliações externas e mesmo as internas mostram a baixa qualidade da educação. Para Soares (2021) essas questões são sempre intrigantes e especial atenção deveria ser dada às crianças e às escolas públicas.

A escola é o seguimento que colabora com o desenvolvimento da aprendizagem da criança e a interação efetiva entre família e escola completa a parceria de cumplicidade para que os assuntos escolares referentes a aprendizagem da criança aconteçam da forma mais satisfatória possível.

Ao desempenhar suas funções, dentre as quais, a socialização da criança, a família estabelece uma estrutura mínima de atividades e relações em que os papéis de mãe, pai, filho, irmão, esposa, marido, e outros são evidenciados. Todavia, a formação dos vínculos afetivos não é imutável, pelo contrário, ela vai se diferenciando e progredindo mediante as modificações do próprio desenvolvimento da pessoa, as demandas sociais e as transformações sofridas pelo grupo sociocultural, além de se adaptar às mudanças decorrentes do crescimento dos seus membros, a família ainda tem a tarefa de manter o bem

estar psicológico de cada um, buscando sempre nova estabilidade nas relações familiares. (DESSEN & POLONIA, 2007, p. 8).

É importante considerar que analfabetismo chega a ser 20 vezes maior nas famílias mais pobres. Conforme informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, nos domicílios com renda superior a dez salários-mínimos, o índice é de apenas 1,4. Já naqueles cuja renda é inferior a um salário-mínimo o índice alcança 29%. A relação entre renda e alfabetização torna-se extremamente grave quando se leva em conta que o Brasil tem uma das piores taxas de distribuição de renda no mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África. Em 2003, 1% dos brasileiros mais ricos detinham uma renda equivalente aos ganhos dos 50% mais pobres. (www.ipea.gov.br)

Esses dados nos lembram que não apenas a participação da família pode interferir na alfabetização do aluno, mas também o nível social pode trazer consequências para este processo, uma vez que a ausência de uma alimentação adequada, de um compromisso com a frequência e do entendimento da importância da alfabetização, provoca a evasão escolar e consequentemente o aumento do analfabetismo.

Mas para chegarmos na questão da evasão e das suas contribuições para os dados do analfabetismo é importante fazermos uma retrospectiva histórica da alfabetização. É preciso entender que o investimento em educação deve ser constante e não apenas de um determinado período de gestão política. Projetos e propostas que se iniciam com objetivo de diminuir índices negativos de uma sociedade devem perpassar por novas administrações com ressalvas nos pontos críticos, por isso esta pesquisa fala também das metas do PNE.

A quinta Meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024 é relativa à alfabetização de crianças: “[...] alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2014, p. 3). É uma meta bastante audaciosa, no que concerne à garantia de alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano escolar. Garantir a alfabetização de todos significa adotar estratégias eficientes de trabalho, tanto no que se refere ao trabalho do professor quanto à capacidade da instituição escolar de gerir e respaldar esse trabalho, e, sobretudo, de compreender como se dá o processo da alfabetização. Significa, ainda, que as estratégias adotadas precisam ser eficientes para todas as crianças, independentemente da variedade de contexto histórico-social, psicológico e do “ritmo” de aprendizagem de cada indivíduo. Isso posto, percebe-se que a alfabetização das crianças tem representado um desafio imenso para os educadores, para as escolas e para o país. Nesse sentido, as estratégias do PNE elaboradas devem, em seu conjunto, contribuir para o alcance da Meta estabelecida, de modo que as estratégias pensadas para

a Meta 5 cooperem para que todas as crianças estejam alfabetizadas até o fim do 3º ano do Ensino Fundamental. (FERREIRA & PICKERING, 2019, p.20)

O PNE vigente considera alfabetizada a criança que se apropria da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para seguir aprendendo, buscando informações, desenvolvendo a capacidade de expressar, produzir textos em diferentes gêneros. (PNA, 2019) No entanto, atualmente, apenas 65% das crianças desse ciclo de alfabetização possuem habilidade adequada na escrita e cerca de 78% aprendizagens adequadas em leitura.

O intuito foi discutir sobre a importância da alfabetização e a participação da família para o sucesso desse processo, compreender esta relação, as políticas propostas e o alcance delas.

Assim, a metodologia da pesquisa se justifica pelos índices de analfabetismo indesejáveis no Brasil, e os desafios de compreender a importância da família nos processos de aprendizagem das crianças.

1.7 - O CORPUS DOCUMENTAL

O corpus documental é constituído pela legislação educacional, por meio da LDB, pelo Estatuto da Criança e Adolescente, pela Constituição Federal, pelos resultados da ANA, pelos dados do IBGE e IPEA e pela análise das Políticas Nacionais de Alfabetização - PNA, bem como as metas a serem alcançadas pelo Plano Nacional de Educação. Optamos pela pesquisa bibliográfica e documental.

1.8 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO/PRODUTO

Aqui se apresenta, resumidamente, o conteúdo desta pesquisa, apresentando cada seção do trabalho. A dissertação atendendo as normas pré-estabelecidas para a produção textual final traz inicialmente o Memorial e a parte introdutória, que apresenta o tema, o problema, as justificativas, os objetivos e a metodologia da pesquisa, bem como um levantamento das pesquisas sobre o tema pesquisado. Em seguida traz as seções e posteriormente as considerações finais.

A seção 2 intitulada “O Analfabetismo e suas raízes no Brasil” apresenta informações importantes sobre a PNA e sobre o PNE, demonstra e avalia dados dos órgãos de estatística para entender a evolução do analfabetismo.

A seção 3 intitulada “A família no processo de alfabetização da criança”, investiga e discute o papel da família dentro do processo de construção social da educação.

A seção 4 traz as Considerações Finais onde retomamos o objetivo apresentado nesta pesquisa e apresentamos os aspectos relevantes que responde à problemática.

SEÇÃO 2

2.1 – O ANALFABETISMO E SUAS RAÍZES NO BRASIL

Entre várias questões da sociedade brasileira, encontra-se o analfabetismo como problema que necessita ser solucionado. É um mal radicado e está presente desde muito tempo e por mais que políticas públicas sempre são implementadas em busca de eliminar esse mal, ainda estas políticas foram incipientes para encontrar a solução. Por vezes ocorre uma leve diminuição, mas não deixa de ser uma problemática a ser resolvida com urgência.

Ao partir para uma reflexão sobre o analfabetismo e suas raízes no Brasil, é necessário que os dados referentes a essa problemática sejam apresentados, pois o movimento histórico de todo processo educacional contribui para os índices educacionais e alcançar uma leitura otimista sobre o assunto requer analisar gradativamente os números apresentados pelos órgãos estatísticos responsáveis pelas informações.

De outro lado é preciso compreender historicamente como foi essa evolução, tanto no enfoque social como no político, na tentativa de entender quais os motivos que definiram tal situação.

É comum o entendimento de que as relações econômicas, políticas e sociais são determinantes para o desenvolvimento educacional que inclui o acesso, a oferta, a permanência e a estrutura de uma educação que ofereça oportunidades reais de acesso e permanência a todo estudante.

Na busca de pesquisas que discutem o Analfabetismo no Brasil, foi possível encontrar discussões que partem do movimento histórico da educação até os motivos sociopolíticos. A pesquisa apresentada por uma equipe da Faculdade de Educação do Estado de São Paulo abordou sobre as raízes sociolinguísticas do analfabetismo no Brasil. Esses autores realizam uma comparação do Brasil com outros países e questionam o fato do Brasil ainda não ter conseguido alfabetizar toda sua população.

Tal questão parte do seguinte entendimento apresentado por Bertoni-Ricardo et al (2014);

Verificamos que nosso país conta com dois fatores favoráveis à disseminação da cultura letrada: a língua de instrução na escola brasileira é o Português, que é justamente língua materna de mais de 90% da população nacional. Essa é uma vantagem que poucos países em desenvolvimento têm, já que em sua maioria são multilíngues, o que torna difícil e onerosa a alfabetização dos alunos em sua língua materna. Outro fato que favorece a aprendizagem da

leitura e escrita no Brasil é o caráter razoavelmente fonêmico do sistema ortográfico do português. Diferentemente do que acontece com o português, em muitas línguas a codificação ortográfica está longe de refletir a pronúncia vigente. Confrontando essas duas circunstâncias com os números do analfabetismo, justifica-se o questionamento apontado. (BERTONI-RICARDO, et al, 2014, p.216).

Segundo Latif (2002), os países que escolheram a educação como prioridade, desenvolveram-se de maneira mais ordenada e rápida. Esta afirmação não demanda maiores explicações, pois a riqueza maior de um país é o seu capital humano. Nos países nórdicos e escandinavos, já no século XVIII, exigia-se daqueles que queriam se casar, ser alfabetizados. Em função disso, cursos de alfabetização eram comuns e frequentes nas igrejas.

TABELA 01 – ESCOLARIDADE MÉDIA NO BRASIL E PAÍSES DA AMÉRICA LATINA EM ANOS ALTERNADOS

Países	1895	1930	1960	1985	2000
Brasil	0,2	1,4	2,5	3,6	5,6
Chile	0,5	3,9	5,0	7,2	8,8
Argentina	0,7	3,4	5,3	7,5	9,1

FONTE: LATIF, 2002, p. 38

Como se pode observar na tabela acima, entre os países da América do Sul, no caso, Chile e Argentina, a escolaridade no Brasil se manteve abaixo em relação à média de anos de escolaridade em percentual. Ainda no ano 2000, o Brasil não havia conseguido alcançar o Chile e a Argentina. As reformas feitas por Couto Ferraz em 1854, Francisco Campos e por Capanema no Estado novo, não foram suficientes. O analfabetismo que era de 61,2, em 1940 caiu para 52,7 em 1950; mesmo assim, metade da população ainda não lia e nem escrevia.

Tentativas de contornar o analfabetismo foram realizadas ações especiais, por exemplo, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF – criado em 1967 e iniciado em 1970, destinado a adultos, o qual amenizou o problema, mas não resolveu, pois, a taxa de analfabetismo entre adultos era muito alta, isto é, de 33%.

O Japão, na chamada Era Meiji, de 1870 a 1910, fez uma revolução na educação e na sociedade. O resultado não poderia ser outro: instituições escolares robustas, parque industrial produtivo e estrutura jurídica firme, apesar da pobreza do solo japonês. O país alcançou um lugar de destaque na economia mundial. Grande parte desse crédito foi atribuído à educação. A

posição de quarta potência mundial não foi um prêmio, mas o resultado de políticas públicas acertadas e bem conduzidas.

Portugal, exceto pelo esforço dos jesuítas a partir de 1549, pouco se preocupou com a escolarização daqueles que moravam na colônia. Os jesuítas mesmos estavam preocupados, principalmente com a catequização dos indígenas. Até 1759, quando eles foram expulsos pelo Marquês de Pombal, a catequese e não a alfabetização foi prioridade.

Com a independência, os avanços na educação foram muito modestos. A constituição de 1824 estabeleceu a instrução primária como obrigatória e gratuita para as crianças entre 5 e 12 anos. As escolas de primeiras letras ficaram mais no papel que no espaço urbano. Em 1990, a taxa de analfabetismo no Brasil alcançava 82,6%, tomando como idade-referência crianças com 5 anos ou indivíduos acima dessa idade.

No Brasil, até o final dos anos 1870, saber ler e escrever nunca fora condição para votar. Bastava a comprovação da renda exigida pela Constituição do Império. Quando, porém, ocorreu a reforma eleitoral para introdução do voto direto (Lei Saraiva, 1881) o Partido Liberal, então no poder, acabou por excluir do voto os analfabetos, sob o argumento de que o analfabetismo representava ignorância, cegueira, pauperismo, falta de inteligência e de discernimento intelectual, incapacidade política e até marginalidade e periculosidade. A condição do analfabetismo transformou-se, assim, repentinamente, num estigma; numa marca negativa e excludente. (FERRARO, 2009, p. 243)

Em termos gerais, considera-se analfabeto aquele que não sabe ler e escrever, mas esse conceito de analfabetismo veio se alterando ao longo dos anos, conforme informações na pesquisa de BERTONI-RICARDO, et al, 2014, que a definição de 1958 apresentada pelo UNESCO – Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura, incluía a expressão: algo simples, ou seja, o analfabeto “não consegue ler ou escrever algo simples”

Já em 1980 o conceito que passou a ser utilizado é o de analfabeto funcional, sugerindo o indivíduo que “mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia a dia e desenvolver-se pessoal e profissionalmente”. (BERTONI-RICARDO, et al, 2014)

Foi a partir do século XIX, que os percentuais do analfabetismo começaram a ter uma lenta redução. Veja no quadro abaixo um pouco deste movimento e o nível de dificuldade para a redução do analfabetismo.

QUADRO 5 - O ANALFABETISMO NO BRASIL POR PERÍODO DE ANÁLISE

Período	Índice de Analfabetismo – Pessoas acima de 15 anos	Observações
1872-1890	77%	Nesta fase os censos não especificavam as idades para o levantamento dos dados
1920	64,9%	Até 2020 o índice ainda superava 2/3 da população
1950	50%	-
1980	25%	Levou-se 30 anos para baixar a taxa do analfabetismo em 25%
2020	10,6%	11.180.813 pessoas de um montante de 104.997.015

FONTE: Ferraro (2004)

É de se concluir, portanto, que as campanhas e programas governamentais destinados à erradicação do analfabetismo no país desde o final do século XX não têm dado conta de capacitar a população a ler e escrever, habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania em uma sociedade cada vez mais letrada. Só depois dessa década os números do analfabetismo começam a apresentar leve diminuição, caindo em 2000 para 16,3 milhões, considerando sempre as pessoas com mais de quinze anos. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001 das Nações Unidas, 55% dos países do mundo apresentam melhor desempenho na alfabetização que o Brasil. Na América Latina 72% dos estados nacionais têm taxa de analfabetismo menor que a brasileira. As estatísticas internacionais mostram também que a posição relativa do Brasil no que concerne à taxa de analfabetismo não espelha a sua situação relativa em termos de renda per capita. (BERTONI-RICARDO, et al, 2014, p.218)

Como referência para informações estatísticas sobre analfabetismo, as informações da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD)² apontam que no Brasil (IBGE, 2015) existe um elevado número de pessoas com idade acima de 15 anos que não sabem ler e escrever.

² Iniciada em 2012, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua levanta trimestralmente, por meio do questionário básico, informações sobre as características básicas de educação para as pessoas de 5 anos ou mais de idade.

**QUADRO 6 - TAXA DE ANALFABETISMO NO BRASIL EM ANOS
SELECIONADOS POR CATEGORIA DE IDADES**

	2016	2018	2019
15 anos ou mais	7,2%	6,8%	6,6%
60 anos ou mais	20,4%	18,6%	18,0%

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2019.

.....

Esse índice de analfabetismo varia bastante conforme a região geográfica, indo de 16,2% no Nordeste para cerca de 4% no Sudeste e no Sul, e também por idade, com uma taxa de 0,8% entre jovens de 15 a 19 anos e de 22,3% entre pessoas com 60 anos ou mais. Também há diferença significativa entre brancos (5% de analfabetos) e pretos (11,2%). Os dados indicam uma evidente correlação entre as taxas de analfabetismo e as situações de pobreza, exclusão e baixo desenvolvimento econômico. (PNAD EDUCAÇÃO, 2019, p. 3)

Diante destes dados, podemos lembrar aqui das Metas apresentadas no Plano Nacionais de Educação (PNE). O PNE³ foi elaborado a partir dos debates e compromissos estratégicos ocorridos CONAE⁴ 2010, os quais foram aprimorados na interação com o Congresso Nacional. Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. Conhecendo estas metas tem-se na meta 9 o seguinte compromisso:

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL/PNE)

³ O PNE foi sancionado no Congresso em 2014, com prazo para ser cumprido até 2024. Traz 20 metas estabelecidas para melhorar a qualidade do ensino do país, com prazo para ser cumprido até 2024.

⁴ A CONAE 2010 ocorreu em Brasília, de 28 de março a 1º de abril de 2010, e foi precedida de Conferências Municipais, realizadas no primeiro semestre de 2009 e de Conferências Estaduais e do Distrito Federal realizadas no segundo semestre do mesmo ano. O Tema da CONAE 2010, definido por sua Comissão Organizadora Nacional, foi: Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação - Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação.

A Portaria Ministerial nº 10/2008 constituiu comissão de 35 membros, a quem atribuiu as tarefas de coordenar, promover e monitorar o desenvolvimento da CONAE em todas as etapas. A Comissão Organizadora Nacional foi integrada por representantes das secretarias do Ministério da Educação, da Câmara e do Senado, do Conselho Nacional de Educação, das entidades dos dirigentes estaduais, municipais e federais da educação e de todas as entidades que atuavam direta ou indiretamente na área da educação.

Os dados apresentados na Tabela comprovam que a Meta 9 não foi alcançada, pois a mesma previa para o ano de 2016 uma redução do analfabetismo para 6,5% da população, o que não aconteceu. Com esta informação é preciso refletir sobre as políticas públicas que são implementadas para melhorar estes índices.

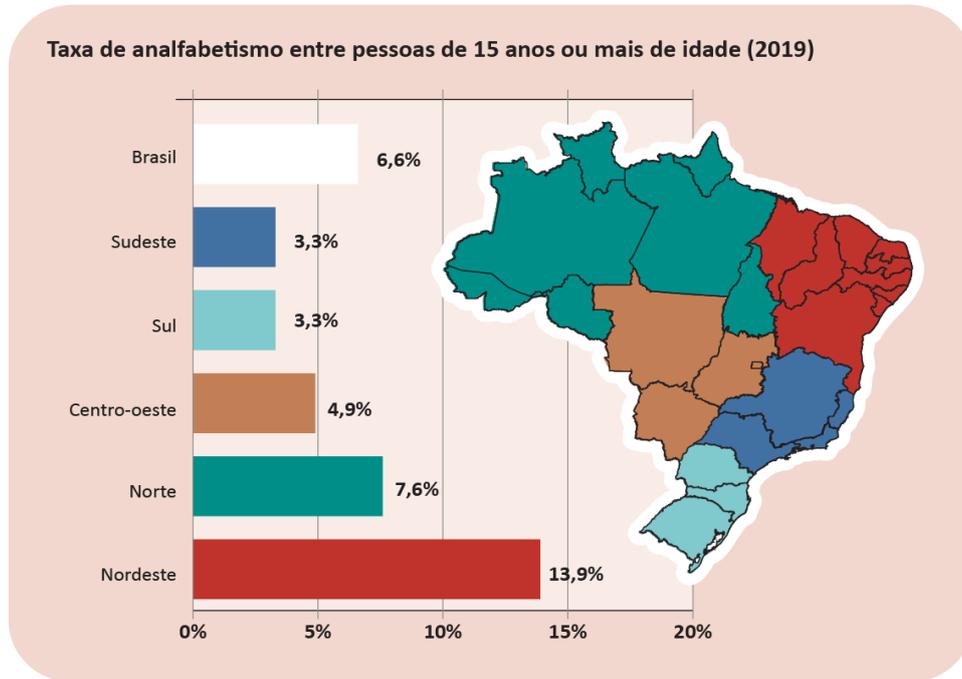
Em 2018 a taxa de analfabetismo ficou em 6,8% e em 2019 segundo a PNAD a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). É perceptível aí a redução de 0,2 pontos percentuais, o que precisa ser melhorado, pois necessitamos superar o analfabetismo e fazer valer a educação como direito, e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

Neste contexto, a utilização de informações censitárias acompanhadas de reflexões das políticas realizadas é o caminho para entender sobre o persistente analfabetismo brasileiro. Os dados apontam a taxa de analfabetismo no Brasil como uma das mais baixas do mundo.

Os números sobre o analfabetismo no Brasil, quando representam um cenário geral, ficam devendo explicações, como mostram Ferraro & Kreilow (2004, p. 193), baseados em números do IBGE/2000. Em outros termos, a situação no Norte e no Nordeste não coincide com a situação no Centro Oeste, Sudeste e no sul. No ano 2000, por exemplo, alagoas apresentava uma taxa de 36,5%, o Amazonas 22,2%, Goiás 13,8%, enquanto Santa Catarina apresentava 9% e São Paulo 9,6%.

Ao tratar o analfabetismo no Brasil como se fosse um fenômeno simétrico, corre-se o risco de não deixar claro que a situação regional é diferente e, em razão disto, requer políticas públicas educacionais diferenciadas. As regiões Norte e Nordeste, pelo seu volume maior de indivíduos analfabetos, demanda investimentos especiais. Na região Nordeste, especificamente no ano de 2019, a taxa de analfabetismo esteve em 13,9%. Este percentual representa um aumento quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 e no Centro-Oeste, 4,9%.

Apresenta-se a seguir uma figura extraída das informações disponibilizadas pelo IBGE, com o objetivo de confirmar as informações sobre o analfabetismo nas pessoas acima de 15 anos. E ressalta-se que para se chegar nesta situação existe uma trajetória histórica de necessidades de repensar a educação inicial desta região, ou seja, melhorar o nível de alfabetização na “idade certa” para que não chegue na adolescência sendo analfabeto. E sabe-se que quando se fala em investimento, fala-se em repensar as políticas públicas voltadas para essa problemática,

FIGURA 1 – Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019

Segundo o Ministério da Educação, a taxa de analfabetismo no Brasil é de 6,2%. Ao ser apresentado esse número geral, desaparece a desigualdade das regiões brasileiras. Para uma população de 213.000,00 de pessoas, 13.300.000 brasileiros ainda não leem e nem escrevem. Isso lhes dificulta o exercício de seus direitos de cidadãos. As pessoas que alcançarem o nível de letramento utilizam a leitura e a escrita para defender seus direitos.

A Constituição Federal do Brasil é um texto escrito. Do mesmo modo, o Certificado Nacional de Habilitação – a CNH – é também um texto escrito. As placas e os sinais nas ruas e avenidas estão escritos e, sem poder lê-los, o cidadão deixa de ser apoiado na Lei que o protege. Ler e escrever não são opções, mas necessidades para a vida social atual.

Assim, a discussão retoma para a necessidade de que as políticas governamentais na busca de uma erradicação total do analfabetismo se efetivem e não seja mascarada com outras ações. Voltamos as metas e estratégias do PNE, comentadas anteriormente, e foram tramitadas no Congresso Nacional no período de 2010 a 2014. Neste movimento foi possível sim a participação dos profissionais educadores. Os gestores de cada região determinaram ações que possibilitaram momentos de avaliações e sugestões sobre as metas do PNE.

Ao perceber a não efetivação destas metas, verifica-se concomitante a isso, a dificuldade do Estado em gerir estas ações e cumprir com o pacto realizado. A meta que trata da ampliação dos investimentos em educação ainda não foi cumprida. O objetivo era investir 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação pública, porém em 2019, estes investimentos atingiram 7%.

No período da Pandemia, a situação não melhorou, pois houve a necessidade de investimento em outras áreas. Especificamente na Educação o que se percebeu foi a ausência de valorização da prática docente, e em se tratando de melhorias, distancia-se mais ainda do cumprimento da meta.

Todas estas questões estão interrelacionadas, pois para se chegar ao analfabetismo que foi apresentado e à morosidade em eliminar esse problema, lembra-se que a melhoria educacional faz parte deste processo. As escolas necessitam cada vez mais de estruturas adequadas para seus estudantes, seja nas regiões urbanas ou nas rurais; em tempos de acelerado desenvolvimento tecnológico, precisamos de ampliar os laboratórios de informática e de ciências, oferecer de fato aos alunos, o acesso a instrumentos que possibilitem acompanhar as reais transformações que estamos vivenciando.

Todas estas melhorias almejadas contribuem para melhorar a motivação dos alunos e dos pais e valorizar os educadores que estão diretamente atuando neste processo. A superação do analfabetismo somente se dará com estratégias voltadas para o alcance de uma educação básica de qualidade, mas principalmente, de condições sociais adequadas para a população.

A preparação dos profissionais educadores é também de suma importância para esses processos. Professores preparados para motivar seus alunos e a ajudarem a desenvolver suas competências, professores satisfeitos com suas remunerações e famílias com condições básicas para manter seus filhos nas escolas, sem serem forçados a constantes migrações, são elementos primordiais que podem contribuir para a diminuição dos índices de analfabetismo.

Os problemas vão sempre existir, sejam eles mais simples ou mais preocupantes, e por isso ao vivenciar estas fases, todo ser deve visualizar como uma oportunidade de crescimento pessoal, de transformação ou mudança em alguma área da sua vida. Mas, quando falamos de analfabetismo, lembramos que se inicia com a criança; e a família e a escola possuem uma responsabilidade direta pela criança que está em processo de aquisição de conhecimentos, construção de valores e não consegue sozinho perceber suas dificuldades e buscar ajuda.

As equipes de profissionais da educação, a comunidade, os gestores envolvidos necessitam de conhecer novas estratégias que contribuam para gerenciar todo processo educacional. A pesquisa de Martins e Botler (2016) traz uma abordagem sobre conflitos, indisciplina e violência nas escolas.

[...] Entender a escola em seus jogos complexos de reprodução e transformação, de liberdade e sujeição, com espaços e interstícios de autonomia, defendendo a ideia de que “o que define uma democracia ou uma instituição democrática não é necessariamente o consenso, mas sim a possibilidade de lidar com o dissenso de forma não violenta”. Categorizam diferentes sentidos de injustiças, sempre relacionados à quebra de algum princípio de igualdade.... Descrevem situações de injustiça nas escolas para, ao final, delinear uma proposta de escola justa, suscitando novas possibilidades para o enfrentamento do desafio da violência. (MARTINS; BOTLER, 2016, p. 559)

As considerações destas autoras apontam para questões que vivenciamos na atualidade, como necessidades de melhoria nas gestões escolares, na inclusão de projetos que desenvolvam as habilidades emocionais, tendo em vista que o século XXI vem criando necessidades aos atores escolares, demandando urgência na redefinição do modelo de educação tradicional, construído historicamente, mas que atualmente estão sendo constantemente repensados.

As boas relações no espaço escolar devem ser desenvolvidas por meio da utilização de ferramentas que trabalhem valores sociais e morais importantes às crianças e aos jovens, tais como o respeito, a empatia, a interconexão, a responsabilidade social e a autodisciplina.

Para aumentar os índices de alfabetizados, busca-se então práticas de reafirmação das relações, visando melhorar o relacionamento escola-família-comunidade, a busca do diálogo entre todos, a promoção da melhoria do vínculo da comunidade escolar, a comunicação não violenta e as atividades pedagógicas restaurativas. A criança tem que acreditar na sua capacidade de vencer, de aprender.

Lembrar que no início da alfabetização, a criança tem que apaixonar pelo aprendizado, pela leitura e pela escrita e que a compreensão da importância da alfabetização repassa pela própria formação e valorização da educação. O analfabetismo funcional é silencioso pois desestimula a criança e as oportunidades de inclusão social, principalmente entre os mais pobres e por isso a escola deve buscar políticas que atendam à diversidade e valorizem as habilidades e potencialidades de cada um.

Os dados mais recentes apontam que ainda temos milhões de analfabetos acima dos 15 anos de idade. O desenvolvimento econômico precisa de política educacional consistente. É preciso não descartar a realidade social que cada criança vive e oportunizar a atenção necessária, com o olhar humano e ao mesmo tempo profissional, de reconhecer que algo deve ser feito, e se não der certo, reinventar processos, eliminar exclusões e abusos, diminuir as diferenças para que todos, no seu tempo, possam aprender.

2.2 - A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

A educação, como um fenômeno social e universal, é compreendida de várias formas e significados por meio dos tempos, de acordo com seus objetivos e funções, cooperando na manutenção ou busca de uma transformação nas comunidades.

É no seio da educação que se encontra o processo de ensino-aprendizagem, que para muitos é qualificado por uma ação pedagógica embasada em um sólido domínio do conhecimento, de uma metodologia necessária ao seu desdobramento e avaliações que verifiquem o desenvolvimento desta educação. (BAPTISTA, 2009)

Para muitos, a educação ficou reduzida a elaboração de paradigmas, que, é um instrumento significativo que nos orienta, permite avançar, assim como impede de perceber aspectos que não favoreçam plenamente o ser humano. Estas são preocupações constantes de quem realmente se interessa pela Educação e busca formas mais dinâmicas e efetivas para melhorar os índices educacionais de forma que retratem a realidade do nosso país.

É preciso compreender que a educação não é uma justaposição de modelos, mas uma mescla de elementos articulados e porque não dizer aglutinados segundo diversas variáveis, especialmente o nível social e a cultura das comunidades. E nesse processo de busca de melhoria, temos a responsabilidade do Estado em promover ações que favoreçam uma educação com qualidade.

É nessa abordagem que em 2019 por meio do Decreto 9765, de 11 de abril de 2019, foi instituído a Política Nacional de alfabetização, movimento este que pode ser considerado um marco para a Educação Brasileira, principalmente porque são os primeiros anos de escolarização o caminho inicial para a formação básica necessária para que o cidadão possa exercer sua cidadania. E como já comentado anteriormente, ser alfabetizado, incluir ter a capacidade de fazer valer seus direitos e deveres, de estar inserido nos meios sociais em condição de igualdade perante a Constituição Federal.

É importante compreender que o processo inicial de alfabetização é o ponto de partida para a formação educacional do estudante, ou seja, para a aquisição de conhecimentos. Aqui, cita-se o que está bem explícito na apresentação inicial do PNA (2019):

Sem saber ler com compreensão, escrever corretamente e sem dominar conceitos básicos de matemática, a criança não conseguirá percorrer com êxito sua trajetória escolar nem terá igualdade de condições e de oportunidades para alcançar seu desenvolvimento pessoal e para contribuir com a sociedade. (PNA, 2019, p. 05)

A intenção do Plano é oportunizar uma política de alfabetização capaz de produzir reflexos positivos e melhorar os indicadores nacionais que vem apresentando graves problemas no que se refere a aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática.

O PNA, seguindo o modelo de alfabetização existente nos Estados unidos, propõe o chamado método fônico, segundo o qual, o sistema alfabético não deve ser apresentado aos alfabetizando em sílabas, mas sim em fonemas individuais. Por exemplo, os fonemas vocálicos /a/, /e/, /i/, /o/, e /u/ podem ser apresentados como unidades isoladas, mas os fonemas consonantais surdos /t/, /p/, /k/, /s/, /f/ e os sonoros /d/, /b/, /g/. /z/ e /v/ não se realizam, senão com o auxílio de uma vogal, daí ser necessário o método silábico.

Isso equivale dizer que as estratégias sintética ou analítica não são métodos, mas apenas estratégias. Mais ainda, que alternando entre tratar o fonema isolado ou combinado, a alfabetização pode ser facilitada, pois o aluno não conseguirá perceber a nuance e a diferença acima descrita. O fonema /a/ está isolado, mas [p] é [p+e] ao ser pronunciado, isto é, já é uma sílaba. Consoantes estão sempre associadas a vogais.

Soares (2021) mostra que as denominações método sintético e analítico não se sustentam, pois, método é mais que estratégia. O processo pedagógico da alfabetização requer várias estratégias didáticas. Por exemplo, o ambiente da alfabetização deve estar impregnado com letras, para que as crianças se familiarizem com elas, favorecendo o processo da metodologia ativa (BACICH, 2018). Também as atividades realizadas devem manter o caráter da ludicidade. Do mesmo modo, as crianças devem interagir umas com as outras. Método, portanto, seria um conjunto de atividades designadas pelo ensino.

Na análise da apresentação do Plano, pode-se dizer que se trata de uma construção coletiva, pois houve representatividade das Secretarias de Educação e de outros setores ligados à Educação. Várias experiências foram analisadas e os resultados discutidos, tanto a nível nacional como internacional, isto para conhecer experiências que deram certo e que conseguiram melhorar os índices de alfabetizados, assim, no resultado desta política, chega-se às unidades de ensino propostas mais eficazes para uma alfabetização consolidada.

Foi realizada uma análise do cenário atual, bem como uma abordagem dos marcos normativos, históricos e de temporalidade, a fim de contextualizar a situação atual e de certa forma, justificar a elaboração destas políticas. É sempre muito positivo que a elaboração de ações que envolvam a sociedade seja pautada em uma avaliação histórico, pois são os processos evolutivos que nos conduzem às situações atuais. Mas, gostaria de trazer para nossa reflexão que o PNA se apresenta com uma escrita bem articulada e concisa no real problema, porém na realidade percebemos um certo distanciamento com sua efetivação.

A base de dados que mais representa os números da alfabetização refere-se aos resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização⁵ (ANA). Aplicado aos alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental para verificar o desempenho dos estudantes.

QUADRO 7 - AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO POR ESTADO

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO 2016			
Estado	Municípios	Turmas	Alunos
AC	22	586	16.198
AL	102	2.009	53.179
AM	62	2.559	71.950
AP	16	618	15.697
BA	417	8.521	201.065
CE	184	4.477	109.367
DF	1	1.564	36.450
ES	78	2.211	53.947
GO	244	3.100	83.200
MA	217	4.237	104.958
MG	852	11.735	284.749
MS	79	1.682	45.222
MT	141	1.978	47.386
PA	144	5.935	152.402
PB	222	2.048	47.416
PE	185	4.555	118.554
PI	223	2.045	48.494
PR	399	6.034	149.877
RJ	92	6.509	171.096
RN	167	1.506	35.804
RO	52	1.545	40.412
RR	15	316	7.719
RS	477	6.026	134.670
SC	295	3.713	89.256
SE	75	1.279	31.218
SP	645	18.838	532.919
TO	139	949	24.143
Total	5545	106575	2707348

FONTE: ANA (2016)

Os dados apresentados no Quadro 7 demonstram o número de alunos que realizaram a ANA no ano de 2016. Considerou relevante apresentar estas informações para verificar em quais estados que apresentam maior número de alunos que realizam esta avaliação. E afirma-se a importância deste processo, pois conforme objetivo da ANA, os resultados contribuem para

⁵ A ANA é um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), avalia os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas.

avaliar os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas.

Cabe salientar que a análise realizada na pesquisa sobre 2016, refere-se ao último ano de sua aplicação e com os resultados até o presente momento. A importância dos resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) para o nosso país é sem dúvida desenvolver um retrato dos problemas e sua localização para poder agir, em conjunto com as redes municipais de ensino e os estados.

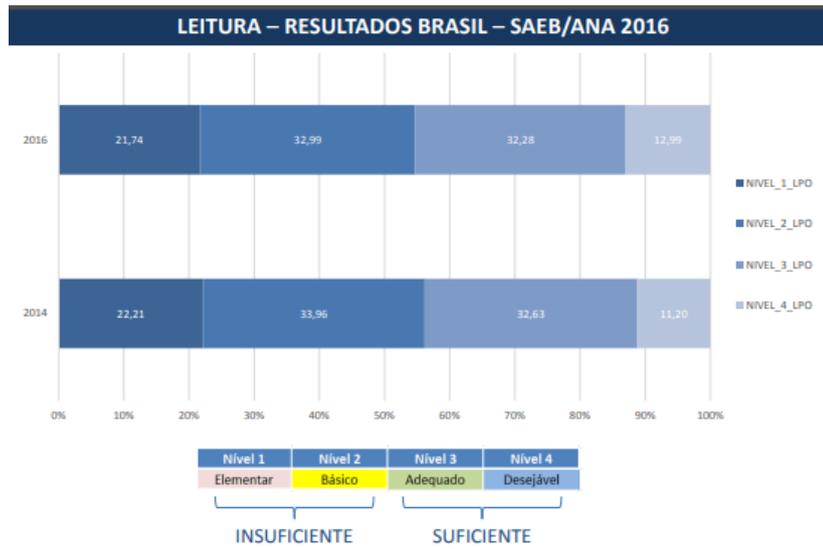
O Quadro a seguir, traz a descrição da escala de proficiência adotada nas análises dos resultados da ANA para avaliação da Leitura. Importante informação para entender os resultados que serão apresentados nos quadros 9.

QUADRO 8 – DESCRIÇÃO DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA DOS RESULTADOS ANALISADOS NA ANA

LEITURA — SAEB/ANA 2016 – DESCRIÇÃO DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA		
Nível	Descrição do Nível	
1	ELEMENTAR	Ler palavras dissílabas, trissílabas e polissílabas com estruturas silábicas canônicas, com base em imagem. Ler palavras dissílabas, trissílabas e polissílabas com estruturas silábicas não canônicas, com base em imagem.
2	BÁSICO	INSUFICIENTE Identificar a finalidade de textos como convite, cartaz, texto instrucional (receita) e bilhete. Localizar informação explícita em textos curtos (com até cinco linhas) em gêneros como piada, parlenda, poema, tirinha (história em quadrinhos em até três quadros), texto informativo e texto narrativo. Identificar o assunto de textos, cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha em gêneros como poema e texto informativo. Inferir o assunto de um cartaz apresentado em sua forma estável, com letras grandes e mensagem curta e articulação da linguagem verbal e não verbal.
3	ADEQUADO	
4	DESEJÁVEL	SUFICIENTE Inferir o assunto de texto de divulgação científica para crianças. Localizar informação explícita, situada no meio ou final do texto, em gêneros como lenda e cantiga folclórica. Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em gêneros como tirinha e poema narrativo. Inferir relação de causa e consequência em gêneros como tirinha, anedota, fábula e texto de literatura infantil. Inferir sentido com base em elementos verbais e não verbais em tirinha. Reconhecer significado de expressão de linguagem figurada em gêneros como poema narrativo, texto de literatura infantil e tirinha.
		SUFICIENTE Inferir sentido de palavra em texto verbal. Reconhecer os participantes de um diálogo em uma entrevista ficcional. Inferir sentido em texto verbal. Reconhecer relação de tempo em texto verbal. Identificar o referente de pronome possessivo em poema.

FONTE: INEP/ANA, 2016

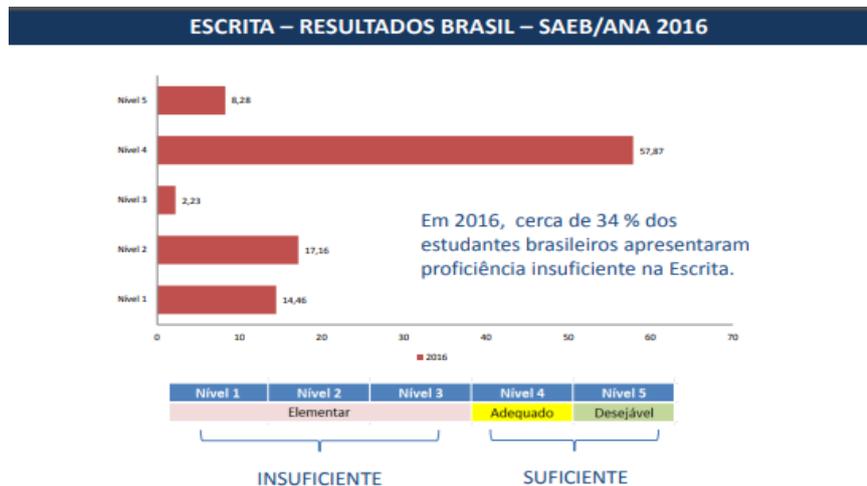
QUADRO 9 – DESEMPENHO DO ALUNO E O RESULTADO NA LEITURA



FONTE: INEP/ANA, 2016

A comparação dos resultados das edições de 2014 e 2016, no que se refere ao desempenho da leitura, verifica-se que de 2014 para 2016, houve uma insignificante alteração nos resultados. Em 2014 o percentual de insuficiência foi 56,17 e no ano de 2016, 54,73. Esta estagnação mostra que a situação não contribui para o alcance da meta 5 estabelecida no PNE, a saber, alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. Com essas análises percebe-se que houve uma melhora, mas considerada ainda baixa, diante dos resultados esperados.

QUADRO 10 – DESEMPENHO DO ALUNO E O RESULTADO NA ESCRITA



FONTE: INEP/ANA, 2016

Segunda Magda Soares, falta aos (às) alfabetizadores (ras) conhecimento sobre a linguística. Em função disso, até hoje método e estratégia ainda são motivos de equívoco. Isso dificulta o ensino, pois ninguém dá o que não tem, diria o adágio popular. No mínimo, seria necessário algum conhecimento de fonética e fonologia por parte dos alfabetizadores.

Metá + odos (caminho para o distante), ou seja, método, não é apenas uma estratégia isolada, mas sim um conjunto delas, de modo a formar uma caminhada. O termo metodologia significa o conjunto das estratégias para realizar a própria caminhada. A pedagogia mesma, segundo Celestino Alves da Silva Júnior, não encontrou ainda um papel claro no processo da educação:

Por razões práticas e políticas, a Pedagogia não está para o professor assim como o direito está para o juiz. Mas como no mundo jurídico, em que o Direito constitui o substrato teórico obrigatório para o exercício de diferentes funções judiciais – a Magistratura, a Procuradoria, o Ministério público e a Advocacia – também no mundo educacional, o Magistério, a Coordenação Pedagógica, a Administração e a Supervisão Escolar poderiam se beneficiar do domínio teórico que lhes é subjacente – a Pedagogia – para fortalecer a profissionalidade e o profissionalismo do trabalho pedagógico em suas múltiplas e variadas funções. Pessoalmente espero que esse dia não demore a chegar. (SILVA JÚNIOR, 2021, p.37)

Assim não seria ousado pensar que a formação do (a) alfabetizador (a) no currículo da pedagogia também não mereça ser reconsiderada. Soares (2021) não está exagerando, ao admitir que seja necessário mais conhecimento de linguística na alfabetização.

Após estes questionamentos, cabe aqui trazer para a reflexão a importância dos anos iniciais para a formação do aluno, como ponto de partida pensar os processos de alfabetização, as técnicas de alfabetizar, o modo operante da educação, a formação do professor e a constante capacitação, todos juntos necessitam estar em constante ação.

As temáticas estudadas por vários autores sobre a alfabetização sempre incluem a compreensão do mundo, comparando sentidos por meio da leitura e da escrita. É preciso encontrar dentre as diversas abordagens práticas qual a que vai contribuir de forma mais efetiva para a melhoria dos índices de avaliação.

A leitura e a escrita são instrumentos de inserção e participação na sociedade letrada em que vivemos, logo, precisamos garantir a todas as crianças esse direito... Os pressupostos da aprendizagem e do ensino da alfabetização devem estar presentes em todas as reflexões acompanhadas de registros que contemplarão a sua construção de aprendizagem. (CHAVES, et al, 2010, p. 02)

Nesse movimento histórico da Educação e falando de alfabetização, lembramos que é na Educação Infantil que inicia esse processo de construção, é nesta faixa etária que o estudante inicia os primeiros contatos para um processo de alfabetização.

Podemos citar aqui os referenciais curriculares que reportaram os caminhos para o desenvolvimento educacional e foram a base de referência para os profissionais. Esses referenciais foram elaborados para atender às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que estabeleceu, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica.

O Ministério da Educação trouxe as recomendações para os profissionais no documento Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), por meio de princípios que mesmo com as alterações na sua formatação, precisam ser respeitados.

...O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (RCNEI, 1998, p. 13)

Neste período de construção dos Referenciais a Educação Infantil era compreendida de 0 a 6 anos de idade. A Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 instituiu a obrigatoriedade do ensino fundamental de nove anos, com matrícula aos seis anos de idade, e estabeleceu prazo de cinco anos para que todos os sistemas se adaptem à ampliação do ensino fundamental. Nesse prazo, foram tomadas providências, como a adaptação da estrutura física das escolas, a construção de salas de aula e a formação continuada de professores e gestores de educação.

Art. 3º O art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: Art. 87, § - 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade. § 3º - I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; Art. 5º Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental

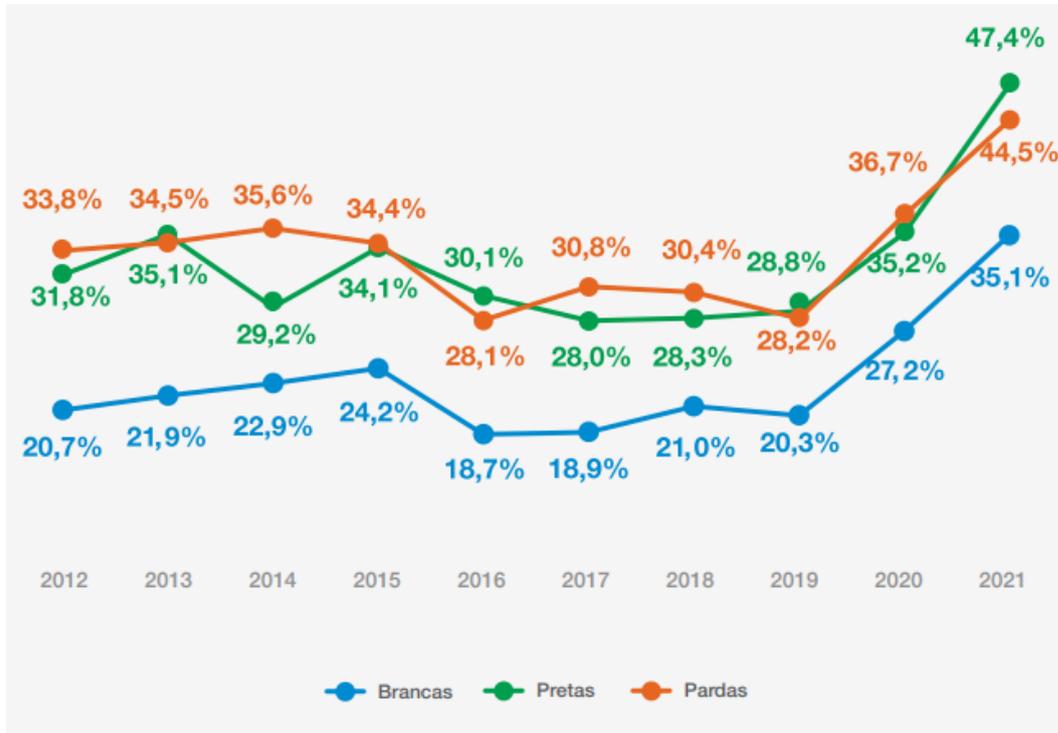
disposto no art. 3º desta Lei e a abrangência da pré-escola de que trata o art. 2º desta Lei. (LEI 11.274, de 6 e fevereiro de 2006.)

Como educadores acreditamos que todas as fases da criança são importantes e devem ser tratadas na sua essencialidade. Com a lei e sua obrigatoriedade, a inserção de um ano no início da escolarização foi um processo no qual o governo federal precisou se reconstruir e construir o ciclo da infância, da alfabetização e do letramento. Durante esse ciclo as políticas apontam para a não retenção e atualmente a alfabetização engloba uma longa série de competências, segundo os documentos oficiais.

O Referencial da Educação Infantil pode funcionar como elemento orientador de ações na busca da melhoria de qualidade da educação infantil brasileira, mas não é possível afirmar que resolveu os problemas dessa etapa educacional, pelo contrário ainda percebe-se carências efetivas nesta etapa. A qualidade do atendimento envolve questões amplas ligadas às políticas públicas, às decisões de ordem orçamentária, à implantação de políticas de recursos humanos, ao estabelecimento de padrões de atendimento que garantam espaço físico adequado, materiais em quantidade e qualidade suficientes e à adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária nas diferentes modalidades de atendimento, para as quais este Referencial pretende dar sua contribuição.

É muito interessante e questionador ler e reler as obras de Magda Soares; desde a década de 80 a autora vem apresentando questões sobre uma escola democrática de qualidade, o mesmo podemos perceber na versão de 2021 na qual traz a mesma abordagem, porém com novas informações e dados atualizados, afirmando com muita segurança que ainda não alcançamos uma escola justa, onde as classes populares tenham uma educação de qualidade. Na análise entre as relações de escola e linguagem, constata-se o seguinte:

FIGURA 2 - PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 6 E 7 ANOS QUE NÃO SABEM LER E ESCREVER NO BRASIL, POR RAÇA/COR (2012 A 2021)



FONTE: IBGE/PNAD CONTÍNUA. **ELABORAÇÃO:** TODOS PELA EDUCAÇÃO.

Consideramos importante apresentar os dados deste gráfico uma vez que estamos tratando especificamente do analfabetismo no Brasil. É preciso que as avaliações sejam realizadas, pois as metas do Plano Nacional de Educação precisam ser alcançadas até 2024. É notório que está próximo do período estipulado e muito ainda precisa ser feito para atingir os resultados almejados.

O esperado era que o número de crianças que não sabem ler e escrever fosse diminuindo ao longo do tempo e das ações implementadas a partir do PNA. Porém a realidade da Pandemia Covid-19 ampliou os efeitos negativos e esses percentuais cresceram substancialmente.

Em 2021, conforme informações do Gráfico e observando a transição a partir de 2019 houve um crescimento de aproximadamente 65%. Numa avaliação ainda mais para reflexão de quais ações são necessárias, destaca-se que a maioria destas crianças são negras e/ou pardas. Observe-se que as crianças brancas estão representadas pela cor azul e em nenhum ano da avaliação, ou seja de 2012 a 2021, sempre o número de crianças negras e pardas estiveram em desvantagem no que se refere à alfabetização.

Ressalta-se que o gráfico traz uma questão social de extrema relevância, juntamente com as questões de classe que interfere no processo da alfabetização, estando diretamente relacionada a igualdade da educação, e percebe-se que as crianças negras e pardas são mais prejudicadas em todo o movimento. Neste sentido, nota-se que ainda existe uma exclusão dessa parcela da sociedade que sofre e que precisa ser integrada no processo de alfabetização.

Essa discussão é mais profunda, pois partimos para uma questão social que muito preocupa àqueles que realmente estão em busca de uma educação democrática e de qualidade. E vai também ao encontro dos objetivos desta pesquisa, que envolve a Família e suas condições sociais. Elaboramos uma tabela para representar esta análise e reforçar as questões sociais por trás desses números.

**TABELA 2– DESEMPENHO NA AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO
POR ANO/COR**

Anos	Branças	Pretas	Pardas
2012	20,7	31,8	33,8
2019	35,1	47,4	44,5
Percentual de crescimento das crianças que não sabem ler e escrever	59%	67%	75%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DA PNAD

2.3 - PNA – AVANÇO OU RETROCESSO

É pauta hoje em todos os meios de Educação a discussão sobre a PNA do governo atual (Governo Bolsonaro). Os nossos planejamentos, as legislações, a nossa prática são fundamentadas em algumas concepções, de criança, de infância e as políticas educacionais não são diferentes, elas atendem aos interesses de um determinado governo, do governante e a um projeto de sociedade que faz parte do atual governo. Estas concepções, esta ideia, este projeto de sociedade, muitas vezes eles já são revelados no próprio diálogo e ruptura que são estabelecidos no início.

O documento traz o método Fônico como base teórica a ser seguida pelos professores e afirma que este traz uma relevada contribuição das ciências cognitivas. Esta abordagem para a alfabetização não agrada alguns pesquisadores que consideram a PNA reducionista e retrógrada e por defender política de alfabetização relacionada a evidências.

Enquanto educadores estamos em constantes desafios, e o que se torna mais importante a cada reflexão é compreender o que está por trás destas dificuldades de alfabetizar. Discutir e problematizar sobre as Políticas de Alfabetização vigentes tem sua importância para entender quais as rupturas e continuidades do PNA e entre tantos desafios desses processos de alfabetização, o que devemos fazer?

Em uma análise histórica podemos refletir que estamos construindo uma política de alfabetização há muitos anos, desta forma, podemos afirmar que esse movimento de alfabetizar não surgiu do nada, vem sendo discutido há muito tempo, segundo nossas pesquisas antes de 1988. Uma constatação destas discussões está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

As Diretrizes são frutos de constantes discussões ao longo do tempo na história do nosso país. O que embasa estas discussões é o foco na criança, a força desse sujeito e nas DCN expressa que pensar um currículo é pensar um currículo a partir da criança. As Diretrizes são de 2019 e o conceito construído traz o que precisa ser pensado. Ela nos diz que o currículo é prático, não é teoria, e não são práticas dispersas, é um conjunto de práticas, práticas que articulam, é preciso juntar coisas, juntar o que a criança sabe, conhece com aquilo que a criança precisa construir. O que a criança pode vir a construir.

Significa que o professor é um agente articulador e articula o conhecimento que a criança traz, exige que o professor tem que conhecer a criança, olhar para criança para construir essas práticas, agrupá-las e articulá-las. O que a criança traz, o professor colhe, observa, constrói uma prática e amplia as experiências.

Todo profissional da Educação precisa conhecer e ler as diretrizes que embasam seu trabalho, para compreender o que ela traz, não com o olhar apenas burocrático, mas buscando a concepção da ação pedagógica de tal documento. Outro ponto relevante refere-se ao cuidar e educar como ações indissociáveis, romper com tal dicotomia se faz de suma importância, uma vez que é necessário lembrar que somos agentes educadores, que qualquer ação dentro das unidades escolares por menor que seja se configura também como uma ação pedagógica.

Nesse sentido, pensar o processo de alfabetização como um todo, envolve principalmente do educador, mudar sua concepção e agir na intenção de perceber que brincadeira não é o ato de brincar em si, mas envolve compreender que a brincadeira é essencial para a compreensão de mundo, tornando-se desta forma, um eixo central da proposta pedagógica. A criança brinca para entender o mundo, para interagir e para aprender.

Desta forma, o desenvolvimento integral da criança precisa ser pensado, compreendendo que as crianças aprendem na sua totalidade, na qual o brincar e educar estão

intrínsecos. Diante da estrutura das diretrizes e da construção dos fundamentos metodológicos, percebe-se que a linguagem verbal, relacionada ao PNA, o trabalho com tal linguagem não pode ser um conteúdo abstrato, mas sim práticas sociais de leitura que dialogam com a criança e com o mundo que a cerca, sendo visto como um ponto de vista de extrema relevância para compreender a infância. Soares ⁶(2021) ressalta que um dos grandes problemas que a educação tem mostrada é o conflito com a linguagem dentro do saber escolar.

Segundo Ferrari⁷ (2008) quando discute a história da alfabetização pelo viés de Emília Ferreira, o autor traz que “as crianças têm um papel ativo na aprendizagem”. Com isso, fica nítida que o processo de alfabetização envolve a leitura e a escrita, ambas precisam ser trabalhadas juntas e sobre a ótica das classes sociais.

Neste sentido, o ponto para atingir tal perspectiva é pensar em como se dá a apropriação da linguagem e da escrita, pois ambas acontecem na educação infantil. Partindo dessa premissa o professor atua, nessa etapa da educação, ampliando as experiências da criança, ajudando, instrumentalizando nas brincadeiras e chamando atenção para o mundo letrado a sua volta e da importância da leitura e da escrita.

Uma questão recorrente ao se discutir a alfabetização refere-se ao momento certo para alfabetizar. Parte-se da premissa em entender que a educação infantil tem um papel importantíssimo na apropriação da linguagem e da escrita. Primeiro entender que é um processo, desde a hora que a criança chega ao mundo e como afirma Backtim: a criança vai adquirindo valores por meio da linguagem. A linguagem escrita é muito mais do que a representação apenas. Quando passamos a ler e a escrever somos transformados.

Ao pensar na possibilidade de ruptura que o PNA traz sugere-se refletir sobre o fato de que “Aprender a ler e a escrever não se trata de apropriação” “Ler não é compreender” ele incita e traz muitas controvérsias ao processo de alfabetização. Talvez a contradição esteja aí. Para a PNA existe uma sequência a ser cumprida, primeiro se aprender a ler. Neste sentido, fica nítida, uma possível ruptura. Para a PNA primeiro aprende a ler para depois compreender. Se não é uma linguagem, e é um código, é uma questão técnica, então para esta forma de pensar, a questão é o método.

⁶ SOARES, Linguagem e escola uma perspectiva social.

⁷ Endereço eletrônico – nova escola publicado em 01 de outubro /2008

Emília Ferreira, a estudiosa que revolucionou a alfabetização. Link <https://novaescola.org.br/conteudo/338/emilia-ferreiro-estudiosa-que-revolucionou-alfabetizacao>. Publicado em NOVA ESCOLA 01 de outubro/2008.

A reflexão está no fato de que a questão do método não é o que vem sendo discutido democraticamente e o PNA traz esta abordagem. Não está nos documentos que foram aprovados democraticamente.

Na proposta trazida no PNA, a técnica já está elaborada, os professores só precisam saber aplicar as técnicas neste método. Apresentando de forma, sistemática e pronta sua aplicação. A grande meta nesta concepção apresentada e defendida é que as crianças já se alfabetizem com 7 anos no ensino fundamental, para depois evidentemente começarem a ler para compreender.

Sabemos que entender a concepção da linguagem é bem mais difícil do que aplicar a técnica. São coisas diferentes, uma coisa é dizer que a criança precisa apropriar da linguagem e outra é dizer que ela precisa aprender o código. Neste sentido, percebe-se um distanciamento em relação ao PNA e a realidade estabelecida em sala de aula com os professores alfabetizadores.

Lembramos que a escrita é um sistema complexo de representação que exige uma reconstrução do sujeito que está aprendendo. Entender que a aprendizagem é por código é reduzir, é tratar de forma equivocada, é uma concepção estreita de um processo tão rico e de um sujeito tão vibrante como é a criança.

Alfabetização não é algo neutro. A criança chega ao mundo lutando para entender o espaço, para se apropriar da linguagem oral, começa com o gestual, vai significando, vai entendendo que não precisa do imediato, usa-se gestos, desenhos, brincadeira, vai compreender as representações.

A PNA traz questões que os professores concordam, mas por outro lado traz propostas que contrariam os estudiosos. A ideia de literacia é outra possível ruptura. Este termo aparece fortemente na PNA. O conceito de literacia abre mão da compreensão da leitura e da escrita como prática social. O conceito é entendido como uma técnica.

Seguir a PNA é desconsiderar a língua como uma prática social, pode ser considerado um retrocesso, um equívoco. Ao refletir sobre o lugar da criança na PNA, percebe-se que, infelizmente na ótica proposta, a criança não é o sujeito que participa do processo. Enquanto profissionais da educação é preciso acreditar na nossa capacidade, sermos pedagogos o tempo todo, ajudando aqueles que não estão entendendo.

Conforme Magda Soares, a alfabetização é multifacetada. Os desafios são muitos. Precisamos fazer uma avaliação sem ideologias dos dados de alfabetização. Pegar os dados da ANA e dar voz aos professores, saber o que tem que acontecer na prática. Isto envolve

investimentos nas formações dos professores, muito diálogo, novos pensamentos, e reflexão juntos com os professores. (SOARES, 2021)

Confiar nos professores que sabem o que fazer com as crianças, que mantem o diálogo com os cursos superiores. Levar em conta manter uma boa alfabetização, considerando as desigualdades sociais. Mesmo com bons salários e formação compatível, com o grau de desigualdade do país, as situações de vida são muito precárias, crianças com fome, doentes, sofrendo violência, racismo, machismo. Todos os elementos que acabam excluindo as crianças de classe social mais baixa do processo de alfabetização.

O poder do professor é real, é ele que está em contato direto com a criança. O professor deve ter a autonomia na sua sala de aula. O governo impor as receitas e as referências não contribui positivamente para a melhoria na alfabetização. Percebe-se, claramente que a PNA é uma receita de como aplicar, mas desconsidera as condições reais que os professores têm ao desenvolver o trabalho em sala de aula. A pandemia que ainda não sabemos se terminou, mostrou o quanto os profissionais da educação são importantes. Não é necessário manual com técnicas que desconsidera o professor. A questão afetiva está sempre presente nos bons resultados de formação da criança. E, também no investimento na formação e valorização dos professores.

2.4 - QUESTÃO DOS MÉTODOS NA ALFABETIZAÇÃO

O tema proposto para esse trabalho, a alfabetização se insere numa teia de outros desdobramentos que envolve desde os atores sociais principais as circunstâncias físicas, econômicas, políticas e culturais de tal processo. Assim, para descortinar as influências por detrás da política adotada para a alfabetização cabe aqui retomar a construção dos pilares que envolvem o desenvolvimento da alfabetização. Neste sentido, quando se refere aos métodos de alfabetização, é necessário elucidar uma parte da discussão e problemática em torno dos mesmos. Não iremos esgotar os argumentos em torno dessa construção dos métodos, pois consideramos uma parte extensa e que requer um trabalho sistematizado. Cabe sim, trazê-los para o debate como proposta de conhecer e como suporte para nossa temática, uma vez que em si, já remetem a uma polêmica.

Soares (2021) ressalta que existe uma controvérsia em torno da palavra método, o que ela reforça a ambiguidade que tem contaminado a palavra método, quando se lhe acrescenta o complemento de alfabetização diz muito a inadequação em associar a palavra métodos de

alfabetização. Porém, aqui vamos trazer para a discussão que eles se reforçam em cada momento de “alternância metodológica” utilizada no país, mais especificamente:

No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, duas vias de evolução se abriram no campo dos métodos para o ensino inicial da leitura e da escrita, e alternaram-se na prática pedagógica até os anos de 1980. (SOARES, 2021)

Sabemos que ao ingressarem na escola, as crianças já possuem uma noção da palavra escrita, dos números, já faz diferenciações entre letras e desenhos e algumas crianças até mesmo já reconhecem algumas letras, como as do seu próprio nome. Ferreiro (2001) relata que crianças que moram em zonas urbanas já são capazes, por volta dos cinco anos de idade, de distinguir entre escrever e desenhar, pois são expostas ao complexo conjunto de representações gráficas presentes no seu meio.

Com os avanços das tecnologias e o acesso cada vez mais cedo das crianças aos recursos eletrônicos e à internet, pode-se dizer que esse conhecimento entre o que é letra e o que é número começa antes dos cinco anos.

Ferreiro (2001) explica que as crianças começam a aprender o sistema de escrita em diversos contextos com os quais têm contato, pois a escrita faz parte da paisagem urbana, e esta requer o uso da leitura. Mesmo assim, muitas crianças chegam à Educação Infantil sem conhecer objetos de leitura como os livros, revistas e jornais, entre outros, em geral devido ao fato de conviverem em um ambiente familiar em que as atividades de leitura não fazem parte do cotidiano.

Neste sentido, houve no Brasil a predominância da utilização do valor sonoro que se dá para as letras e símbolos o que denomina Soares (2016) de “soletração” e com o desenvolvimento dos estudos chegou-se à denominação de métodos fônicos e silábicos. Tais nomenclaturas fazem parte de uma divisão que se configura na teoria como métodos “sintéticos”. De outro lado, desenvolveu-se a necessidade de entender a aprendizagem de uma forma mais ampla voltada para a palavra escrita, tal método ficou conhecido como “analíticos”. Desta forma, temos o primeiro método voltado para mais enfaticamente para o uso auditivo das crianças, enquanto o analítico foca mais na questão visual.

Esse movimento no contexto da alfabetização no Brasil fica bem marcado, conforme Soares descreve:

...ora a opção pelo princípio da síntese, segundo o qual o aprendizado da língua escrita deve partir das unidades menores da língua – dos fonemas, das sílabas – em direção às unidades maiores – à palavra, à frase, ao texto (método fônico, método silábico); ora a opção pelo princípio da análise, segundo o qual essa aprendizagem deve, ao contrário, partir das unidades maiores e

portadoras de sentido – a palavra, a frase, o texto – em direção às unidades menores (método da palavração, método da sentencição, método global) . (SOARES, 2016, p.18-19)

Desta forma, entendemos que alfabetização dependendo do período histórico e qual a corrente que predominava focada em desenvolver um dos métodos que julgavam ser mais eficaz. Porém, o que fica nítido nos estudos até aqui, que ambos os pensamentos que governaram o processo de alfabetização nas escolas, estavam todos dentro do “sistema alfabético-ortográfico da escrita”.

Soares traça que houve na década de 1980 uma ruptura com os métodos, é o surgimento do paradigma cognitivista, na versão epistemológica genética de Piaget, que aqui se difundiu na área da alfabetização, como o construtivismo. O construtivismo tem sua base no conceito de Emília Ferreiro e suas orientações metodológicas, trazendo a criança para o centro do ensino e sendo protagonista de seu aprendizado.

(...) a prevalência da aprendizagem sobre o ensino, deslocando o foco do professor para o aprendiz; esclarece que o processo de aprendizagem da língua pela criança se dá por uma construção progressiva do princípio alfabético, do conceito da língua escrita como um sistema de representação de sons da fala por sinais gráficos; propõe que se proporcione à criança oportunidades para que construa esse princípio e esse conceito por meio de interação com materiais *reais* de leitura e de escrita. (SOARES, 2016, p. 21)

Neste sentido, mas uma vez a alfabetização alternava diante dos métodos que mais desenvolvessem a concepção da leitura e da escrita de acordo com os interesses do período. O construtivismo ganhou força entre os educadores, por propor “uma nova fundamentação teórica e conceitual” (p.22), partindo para uma prática mais interacionista, na qual a criança não é apenas receptiva e passiva na construção do seu conhecimento.

O movimento “pendular” que vigorou no Brasil por muitos anos entre os métodos considerados “tradicionais”, era rompido com a concepção do construtivismo e ficou por muitos anos e, ainda se constitui no processo de educação. Porém, além dessa alternância de “métodos” descrita por Soares, havia também a predominância na leitura e no seu desenvolvimento, deixando a escrita em segundo plano. Dessa maneira, não podemos esquecer que no movimento da alfabetização, tivemos também a incorporação dos estudos e da proposta do letramento:

Surge então o termo letramento, que se associa ao termo alfabetização para designar uma aprendizagem inicial da língua escrita entendida não apenas como a aprendizagem da tecnologia da escrita – do sistema alfabético e suas convenções –, mas também como, de forma abrangente, a introdução da criança às práticas sociais da língua escrita. (SOARES, 2106, p. 27)

Percebemos que também há uma alternância entre o “objeto” da aprendizagem e o foco dos métodos sobre o como ensinar e como desenvolver. Soares, traz que a alfabetização “é processo complexo que envolve vários componentes” (2016, p.27) que implica várias estratégias para alcançar os estudantes. Por isso, Soares reforça que apesar de todo esse movimento, ainda vigora um fracasso presente nas escolas diante do processo de alfabetização e o domínio da língua escrita por parte de nossos estudantes. Por mais, que o construtivismo viesse ao encontro de auxiliar no fracasso escolar, não foi suficiente, precisava mudar a concepção de alfabetização no Brasil.

Em pleno século XXI os mesmos problemas enfrentados pelos séculos anteriores se colocam, agora mais assustadores do que antes. Como alfabetizar pós-pandemia, uma vez que as crianças ficaram dois anos em casa? Qual o caminho a seguir? Retornar os métodos antigos? Buscar no construtivismo uma saída? Ou começar com outra perspectiva para tentar “recuperar as aprendizagens?”

Segundo Zorzi (2003), para aprender a escrever uma linguagem que tem por base um sistema alfabético, a criança precisa entender que as letras, enquanto símbolos gráficos correspondem a partes sonoras que não possuem significados em si mesmos.

Entretanto, apesar das crianças poderem ter um domínio fonológico na oralidade, não significa que terão uma noção mais abstrata de fonema enquanto unidade sonora que compõe as palavras. Isto porque o processamento da linguagem escrita requer outros níveis de conhecimento fonológico. Assim, essa diferença entre as duas situações (linguagem oral e linguagem escrita) significa que aprender a escrever demanda níveis mais complexos de conhecimentos fonológicos e que dizem respeito ao que se denomina consciência fonológica. Outros termos também têm sido utilizados para fazer referência a tal noção. São eles: conhecimento fonológico, sensibilidade fonológica, conhecimento fonêmico e conhecimento segmental.

A consciência ou conhecimento fonológico faz parte do que se considera como conhecimento metalinguístico, mais precisamente uma forma de conhecimento relacionado à capacidade de o sujeito poder pensar sobre a linguagem e atuar com ela em seus distintos níveis: textual, pragmático, semântico, sintático e fonológico. Por sua vez, as capacidades metalinguísticas permitem refletir os processos de metacognição, ou seja, o conhecimento que

as pessoas têm a respeito de seus próprios produtos cognitivos (SIGNORINI, 1998 apud ZORZI, 2003).

O conhecimento fonológico não deve ser entendido como uma capacidade única, ou linear, uma vez que se constata a existência de diferentes níveis, ou seja, há conhecimentos que podem se formar em menor ou maior grau de profundidade.

Como se observa, o processo de alfabetização abarca muitas facetas distintas e requer um esforço progressivo da criança. Porém, apenas saber codificar e decodificar os signos linguísticos não é suficiente para que alcançar a autonomia necessária para a vida em sociedade do mundo letrado.

Assim, o termo letramento neste contexto, sendo definido como algo que vai além da simples alfabetização, corrobora para pensar. Entende-se que o indivíduo letrado e alfabetizado, possui condições de usar a leitura e a escrita para adquirir conhecimento, buscar novos entendimentos e se posicionar como cidadão, melhorar sua cultura e aperfeiçoar individualmente e socialmente.

Na maioria dos dicionários é um termo ausente ou equiparado à alfabetização. No Brasil, a pesquisadora que mais trabalha esse tema é Magda Soares, que é a principal fonte utilizada na elaboração deste tópico do trabalho.

Conforme Magda Soares (1999) a palavra *letramento* é nova nos dicionários de Educação e Ciências Linguísticas, incorporado na área por volta da segunda metade dos anos 80. O termo começa a difundir no país a partir das primeiras proposições feita pelas autoras Kato (1986) e Tfouni (1988), e posteriormente, em 1995 já aparece no título de um livro organizado por Kleiman (1995), onde se propõe um estudo mais aprofundado sobre o que de fato vem a ser o letramento.

A origem do termo letramento vem da palavra *literacy*, de origem inglesa. Num estudo mais aprofundado, a autora esclarece que:

Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *littera* (letra), com o sufixo – *cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser (como, por exemplo, em *innocency*, a qualidade ou condição de ser inocente). No *Webster's Dictinary*, *literacy* tem a acepção de “*the condition of being literate*”, a condição de ser *literate*, e *literate* é definido como [...] educado, especialmente capaz de ler e escrever. Ou seja, *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. (SOARES, 1999, p. 17).

O conceito traz implícito a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas e linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la no mundo que o cerca.

De acordo com Soares (2004) nos países desenvolvidos as práticas sociais de leitura e de escrita assumem a natureza de problema relevante quando se constatou que a população, embora alfabetizada, não dominava as habilidades de leitura e de escrita necessárias para uma participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvem a língua escrita. Assim, na França e nos Estados Unidos, os problemas de *illettrisme*, de *literacy/illiteracy* surgem de forma independente da questão da aprendizagem básica da escrita. A alfabetização foi inicialmente a recitação daquilo que estava nos textos. Os letrados, entretanto, eram as pessoas que, além de transformar as letras escritas em sonoridades, tinham a capacidade de interpretar os textos e situá-los no contexto dos saberes de base.

Como pode ser constatado, letramento vai além de simplesmente decodificar signos linguísticos para formar palavras, construir frases e textos de acordo com os métodos ditos “tradicionais”. Desta forma, fica claro que para se apropriar destas ferramentas os estudantes irão transformar a realidade e a si mesmos, a partir da construção do conhecimento.

O atraso educacional na alfabetização é evidente. Estamos sempre questionando os métodos de alfabetização. No caso da criança essa discussão é mundial. Por um lado, discutem-se ensinar as crianças a correlacionar letras e sons, o uso da cartilha, em outro extremo, desconsidera-se fora de contexto e desconsideram que as crianças chegam com algum conhecimento. (SOARES, 2020)

Neste quesito, compreendemos que não existe certo ou errado, ou isto ou aquilo, a criança aprende a ler e a escrever convivendo com a leitura e a escrita, o problema está em outro lugar, ninguém nega do ponto de vista cognitivo, linguístico que para aprender a ler é preciso fazer a relação do som com o desenho, a letra, do som com os grafemas. Nossa escrita alfabética é um registro dos sons, e de acordo com um sistema de representação que é bastante complexo. A criança tem que aprender a relacionar o som da língua com o desenho, mas o que ela vai aprender primeiro, primeiro aprende a ler depois ler os livrinhos, porque não ao mesmo tempo. O que fica nítido em todo o nosso trabalho é que a criança tem que perceber que está aprendendo algo que terá relevância para a sua vida.

Ao contrário disso ela pode até aprender, mas demora um pouco e sofre um pouco. A questão é associar as duas coisas, aí que entra os conceitos de alfabetização e letramento. Coloca a criança num ambiente de convívio com a língua escrita em situações reais, com livros, jornais, revista em que ela encontra a escrita e como ela vai aprender com isso. (SOARES, 2020)

Neste sentido cabe indagar: As escolas estão preparadas para estes processos? A família poderá contribuir, de que forma? O professor consegue trabalhar sem usar este ou aquele método, de forma autônoma? Diante de tais questionamentos outros se fazem pertinentes, como: E aí entra a questão da formação dos professores. É o professor que deve saber trabalhar ao mesmo tempo que trabalha para que a criança entenda que a escrita é usada para várias finalidades, que ela varia conforme o interlocutor, pode ler chapeuzinho e pode ler um texto informativo, a criança tá aprendendo para que serve a escrita no contexto que ela vive, na sociedade que ela vive, mas ela quer aprender a fazer isso ela mesma, mas é preciso fazer essa aprendizagem de forma sistemática, sequencial, tudo isso vai para a formação do professor, que precisa trabalhar integradamente essas duas coisas.

Diante dos estudos e teóricos aqui abordados, percebe-se que ao mesmo tempo há uma especificidade em cada uma delas. O que se chama alfabetização, é a criança aprender as relações, escrever palavras até escrever um texto, tudo isso tem metodologia própria, fundamentos próprios, que são linguísticos, fonológicos e cognitivos, por outro lado desenvolver na criança estratégias de leitura e escrita, o gosto pela leitura, a compreensão de outros gêneros, neste sentido utilizasse outra metodologia.

As crianças são diferentes no ritmo que elas aprendem, aí é importante o professor saber identificar quais as dificuldades que a criança tem. Algumas crianças demoram a entender que quando a gente escreve, grava o som e não a coisa da qual está falando, a criança ao invés de escrever a palavra, faz o desenho. Porque ela não está ouvindo a palavra como um som, está ouvindo semanticamente. Cabe o professor fazer exercícios para desenvolver esta habilidade. É o professor que precisa identificar qual é a fase que a criança está e para isso precisa ter conhecimentos linguísticos, cognitivos, fonoaudiólogos. O que tem que fazer para que a criança avance de uma fase para outra.

Quanto aos livros didáticos, Soares (2020) acredita que estes vão acompanhando as tendências do momento e que muitas vezes não são fundamentadas nos alicerces da aprendizagem. Atualmente temos livros que tentam trazer as concepções, mas o que ressalta diante da pesquisa é o professor ser bem formado e saber como a criança aprende. Para isso é necessário ter fundamento para analisar esse processo de aprendizagem, acompanhar a criança e fazer as interferências necessária, buscando desta forma, o professor uma certa autonomia para desenvolver bem o seu trabalho.

Aplicar a teoria na prática é o caminho, pois assim, o professor consegue verificar o que está dando certo. É a interação entre teoria e prática que possibilita as respostas. A prática mostra o que funciona e o que pode ser alterado.

SEÇÃO 3

3.1 - A FAMÍLIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA

Diante de todas as discussões levantadas nas seções anteriores, cabe aqui, investigar e discutir, o papel da família dentro do processo de construção social da educação. Qual o nível de influência da família para a alfabetização, com certeza, pode ser tema de outro trabalho, com foco quantitativo na pesquisa. Porém, o que podemos trazer neste momento, é buscar compreender a natureza da família, traçando um paralelo social de sua constituição, de caráter descritivo, muito mais ligado ao campo da análise e das pesquisas bibliográficas.

Neste sentido, trataremos da questão externa envolta do papel da família no universo da alfabetização, sob a luz de alguns teóricos que se debruçaram nessa temática. Segundo Paula (2012) traçar a postura da família em relação a escola se torna relevante para a compreensão

Em todas as discussões e em todos os lugares perpetuam palavras de ordem como: direito, educação, cidadania, entre outras. Nesse contexto, a criança ganha vários distintivos que pretendem torná-la responsável pelo futuro do desenvolvimento de qualquer país.

Desta forma, a autora faz um paralelo na construção histórica da família na sociedade e, enfatiza a discussão em torno do conceito de criança desde a idade Média, “Na Idade Média não existiam os termos criança e adolescente. No período da infância, a criança era considerada um ‘adulto jovem’ (2012, p.5)” Essa frase vem a corroborar com a discussão e o papel da família na vida dos pequenos. Assim, a tarefa de educar não era papel de alguma instituição, ficava a cargo da família e das condições econômicas e de trabalho.

Paula (2012) traça que ao longo da história a família vai alternando frente as suas responsabilidades com as crianças e sua função social. O que antes era considerado “afazeres de adultos” nas quais as crianças precisavam ajudar, elas “adquiriam os conhecimentos e os valores para sua formação na sociedade por meio de imitações dos adultos (2012, p.5). Nos primórdios da civilização, a família não tinha a tarefa de educar, apenas de custear a sobrevivência. Analisando o passado podemos recuperar parte da nossa história, bem como repensar práticas relativas ao cuidado com a infância. Assim, a importância de refletir sobre a família e permitir a compreensão das influências que uma estrutura familiar pode causar para o desenvolvimento da aprendizagem da criança.

Torna-se necessário esse olhar histórico, revelador das relações socioeconômicas, para que se perceba a construção social da infância e de modo equivalente, da constituição familiar

e suas influências. Vale ressaltar ainda que na sociedade contemporânea a família assume novos papéis e responsabilidades como:

(...) as funções da família norteiam-se por dois objetivos, sendo um de nível interno, como a proteção e o cuidado com as necessidades vitais de seus membros, e o outro de nível externo, como a acomodação a uma cultura e sua transmissão. (PAULA, 2012, p 5)

Cada família dentro de sua estrutura é condutora de um processo que se organiza a partir de demandas e interações que ocorre entre seu interior e, contudo, a sua volta, desempenhando um papel importante no desenvolvimento da criança.

Neder (1994) já discutia que no Brasil temos uma diversidade étnica, cultural e social das famílias. O que o autor ressaltava que não existe um modelo padrão para as famílias brasileiras, pois o padrão “patriarcal”, “burguesa” e “nuclear”, não se encaixa no contexto atual das famílias. É realidade que não há modelo de família e sim uma diversidade que sofre constantes mudanças no seu cerne, o exercício rudimentar e constante de respeitar cada membro da sua família e se manter.

Segundo Neder (1994) ao desenvolver um trabalho focado na organização familiar, chama a atenção para as diversas estruturas sociais. Porém, traz muito enfaticamente a importância de se refletir sobre as práticas sociais desenvolvidas para o “atendimento da criança e da família” que segundo ele, desde o século XX, vem ressaltando “O referido fracasso tem que ser identificado na incapacidade da política nacional no país de enxergar as diferenças culturais, para então formular estratégias eficazes de educação pública de qualidade. (NEDER, 1994, p. 27) Aqui ressaltava o papel das políticas públicas que precisam pensar nas famílias mais enfaticamente, no intuito de viabilizar uma atuação mais efetiva.

Nesse sentido, podemos perceber que o problema em torno da criança e do seu desenvolvimento educacional, sempre esteve atrelado ao contexto histórico, econômico, cultural e social do Brasil. Neder traz importantes contribuições uma vez que reflete sobre as diversas organizações de família na sociedade e sua “construção de identidades coletiva e individual”. Portanto, a família e o seu seio organizacional também está atrelada a questões econômicas e as suas possibilidades de desenvolvimento no mundo. Não vamos aqui nos ater em quais as estruturas organizacionais que compõem as famílias brasileiras, mas gostaríamos de deixar bem claro a sua complexidade, diversidade e a segregação em torno das condições econômicas que interferem sobremaneira à educação das crianças e jovens do nosso país.

Para entender e analisar as famílias vamos fugir dos paradigmas construídos historicamente e reforçados de um modelo padrão e de preconceitos. Pelo contrário, a diversidade em torno do seio familiar tem um impacto na relação criança/família/escola e nos desdobramentos no processo de aprendizagem que precisam ser levados em consideração.

Conforme nos traz Biet & Soares (2018, p.2) “a família é o primeiro segmento social que institui com a educação formal a criança”, para as autoras o núcleo inicial de fundamental importância para a iniciação da criança dentro do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e cultural. Desta forma, é também o início dos “primeiros laços afetivos”, introdução do que são os “valores éticos e morais” que direcionaram a vida de cada criança.

Dessa maneira, se as famílias são diferentes, e destarte os filhos também serão estudantes diferentes nas escolas. Pois cada ser humano carrega em si a cultura de sua família:

Os familiares muitas vezes são inconscientes da influência que o seu comportamento exerce no comportamento dos filhos. As primeiras lições de educação que uma criança adquire é proporcionada pelos pais, que são incumbidos pela disciplina, esta disciplina aprendida no seio familiar irá determinar na maior parte das vezes o comportamento nos diversos contextos sociais onde a criança irá conviver ao longo de sua vida, principalmente na escola. (BIET & SOARES, 2018, p. 5)

Diante desta constatação, a família assume um papel de fundamental relevância na proteção integral da criança e do adolescente, tal afirmação é consubstanciada na legislação pátria. Pelo menos teoricamente, esforços são despendidos para que se tenha sempre condições de defesa da criança tanto no meio educacional como no social⁸. Vale ressaltar que diante dessa multiplicidade que envolve a formação humana, a educação das crianças passa a ser ponto de extrema relevância para formação de “caráter” e de “comportamento” dos cidadãos brasileiros.

Desta forma, para refletir em torno das necessidades das crianças, precisamos sim, trazer o papel que a família assume nesse universo social, buscando reconhecer as consequências de atuação na vida escolar de seus filhos. Biet & Soares (2018) reforça que quando a família está engajada com a escola e com o desenvolvimento integral da criança “o processo de aquisição de aprendizagem” acontece de forma mais confiante.

O movimento de reconhecimento da criança enquanto ser social em desenvolvimento e capaz de atuar ativamente em sua aprendizagem, traz para o debate da alfabetização como a trajetória familiar e individual de infância, de cada criança pode ser marcada por passagens

⁸ Máxima defendida pela constituição federal e a LDB.

negativas ou positivas. Paula traz para a análise a seguinte pergunta: “Isso nos faz pensar novamente na importância do papel da família, pois se a criança não vê no exemplo dos pais o significado para as novas aprendizagens, então por que e para que aprender?” (2012, p.11).

Conforme Paula, não cabe aqui buscar a família como única responsável pelo fracasso escolar de seus filhos, mas salientar que a partir da família e a concepção que a mesma possa transmitir aos seus servirá de estímulo. Reforçando assim, a importância da família nesse movimento.

Fato este marcante, como uma questão evocada pelos mais diversos segmentos da sociedade, em especial aos ligados à infância institucionalizada, como desenvolver o gosto e o hábito nas crianças da necessidade de serem alfabetizadas. Neste sentido, família se torna importantíssima para o processo de alfabetização, tanto na parte da escrita, mas também, e talvez mais ainda, na oralidade, auxiliando na fala que acompanha as crianças. Se comparada com a educação familiar de décadas atrás as famílias de hoje carecem de tempo para desenvolver e comunicar. Mas devido aos valores que estão mudando constantemente na sociedade, percebemos muitas vezes, que tal função em alguns momentos é transferida para escola.

Então, se hoje a família transfere volumosa parte do que seria sua responsabilidade à cerca da educação informal à escola, cabe aos educadores “envolver” e conquistar as famílias, visando sua participação mais efetiva no processo educacional, contribuindo verdadeiramente para a aprendizagem da criança. (PAULA, 2012, p.11)

E a proposta é que educação e os valores sejam transmitidos pela família e a escola seja uma complementação desse exercício. Não é a família que ajuda a escola ou a escola que ajuda a família fazendo a escolarização, ambas devem trabalhar em comunhão pensando no desenvolvimento integral das nossas crianças. Dessa interação surgir uma união em prol da efetiva aprendizagem, pois de acordo com as leis federais a família e o poder público devem estar alinhados com o compromisso de educação das crianças, jovens e adultos.

As políticas educacionais da atualidade parecem partir do pressuposto de que um bom conhecimento sobre o desenvolvimento da criança e um bom conhecimento de um método educativo sejam garantias suficientes para combater o fenômeno do fracasso escolar. Fato esse rechaçado pelos teóricos desenvolvidos neste capítulo.

Não basta que o artigo 2º da lei 9394, 20 de dezembro de 1996, que estabelece a LDB, priorizar e estabelecer a educação como dever de todos, principalmente, entre o Estado e

família. É necessário pensar o alcance em território nacional e quais os protagonistas sociais que envolvem.

Entretanto, raramente privilegiam a singularidade do estudante e todas as nuances que permeiam o universo educacional. Segundo Paula (2012) existe uma discussão em torno das dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização que precisam ser levadas em consideração, como fatores ligados a afetividade e a influência das famílias nesse desenvolvimento. Aspecto ligados ao campo emocional e a autoestima, fazem parte do processo de aprendizagem das crianças. Fato este, considerado de extrema relevância e que deve ser levado em consideração pelas políticas públicas.

Para além de buscar na família seu contato primeiro com o mundo externo, as primeiras regras de convivência social, e os primeiros valores éticos e morais. Como essa criança em processo de escolaridade e, principalmente, iniciando a alfabetização, precisa contar com o apoio da família para desenvolver afetivamente uma relação aberta de confiança com a escola. Gostaríamos de ressaltar que este é um dos fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Como já discutimos existem uma gama de fatores externos e internos envolvidos.

A intenção é marcar a forte influência da família nesse processo. Trazendo a necessidade primária da “parceria” que deve existir entre a família e a escola. Segundo Biet & Soares (2018) deve existir uma cumplicidade e a participação da família no processo de escolarização das crianças. Pois acreditam que num processo colaborativo e de parceria é possível obter resultados mais significativos.

Ao pensar em como a família pode ajudar na alfabetização e letramento temos que lembrar que muitas famílias costumam ficar preocupadas quando a criança entra no processo de alfabetização, na verdade algumas famílias consideram que só ocorre a alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental, mas isso não é verdade. As crianças estão no processo de alfabetização e letramento desde quando elas nascem pois já nascem no mundo letrado, desde a barriga da mãe, ao ouvir as historinhas contadas, com o tom de voz, já entra no processo de letramento.

Para ajudar a criança, sem fazer o papel do professor, sugere-se para a família possibilitar um ambiente alfabetizador para despertar aos poucos o interesse da criança. Essa participação da família e de suma importância nos anos iniciais. Antes da fase concreta quando a criança começa a decodificar os símbolos, encorajar a criança a ler hipoteticamente, nunca fale que a criança não sabe ler, uma criança de 3 anos pode ler imagem, é preciso incentivar a

criação da criança, lendo imagens, narrando histórias de memória e colocando elementos da própria imaginação. Ações que podem ser desenvolvidas pelas famílias no seu cotidiano.

Sempre repetir a história que a criança pede, porque fez sentido, alcança alguma coisa na cabecinha da criança e sempre convidar a criança a ler, do jeito dela. Pode sugerir outras leituras, outra dica é demonstrar que a gente lê da esquerda para direita, como pega no livro. Tudo que a criança aprende ela leva para a vida toda. Criar uma rotina de leitura também é interessante, o hábito de leitura é muito importante. Quando ler para criança, usar entonação e ritmo, a criança gosta de animação de energia e precisa de motivação.

Considera-se relevante nesta discussão a busca de possibilidades de interação efetiva com a família para desenvolver uma educação transformadora. Essa parceria pode ser vivenciada por meio de projetos que aproximem a família da escola e abordem sobre os processos de alfabetização. Algumas vezes, as famílias não sabem da importância do que uma alfabetização pode trazer para o desenvolvimento do indivíduo.

Acredita-se que toda ação tem como base necessária o diálogo entre os sujeitos envolvidos. A proposta dialógica pode ser apresentada como princípio fundamental da equipe escolar, trazendo um espaço aberto, acolhedor e de interlocução entre todos os envolvidos, espaço este que efetive a parceria das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre como o analfabetismo tem um impacto grande na sociedade brasileira, principalmente entre as crianças no processo da primeira etapa da educação. Apesar dos esforços de algumas políticas públicas, uma grande maioria da população continua sem saber ler e escrever. Habilidades essenciais para o desenvolvimento integral das crianças, jovens, adultos e idosos e para sua consequente participação no mercado de trabalho.

A preocupação sempre foi com a primeira etapa do processo de escolarização, pois acreditamos que a alfabetização requer uma importância sobremaneira, dentro de todo o processo da educação básica. Consideramos a realidade e as políticas públicas normativas muito aquém das reais situações vivenciadas pelos estudantes das redes públicas. Por isso, acreditamos que algo precisa ser feito, urgentemente.

A construção em torno de políticas públicas ainda é ambígua em relação ao processo vivenciado na prática pelos professores de todo o território nacional. Temos clareza da distância que existe entre as práticas desenvolvidas na primeira infância e o discurso institucional.

Sendo assim, uma das discussões e reflexões levantadas pelo trabalho é buscar a parceria da família, na atuação da alfabetização. Desta forma, é entender que a constituição da criança está muito atrelada a visão que a família tem da educação e como ela pode auxiliar nesse processo. Não estamos aqui para simplificar as questões históricas, políticas, econômicas e culturais, mas sim buscar estabelecer uma parceria possível e viável com a família.

Neste sentido, acreditar que a escola pode e deve abrir suas portas para a família, no sentido de agirem em comunhão em torno de um bem comum. Assim, buscamos desenvolver uma proposta de intervenção democrática e participativa envolvendo a família para melhorar o processo de alfabetização escolar.

Garantindo um dos direitos inalienáveis da criança, entendemos que a família pode sim, atuar na educação dentro das escolas, para isso primeiramente é necessário que cada escola dentro da sua realidade econômica, social e cultural crie momentos de abertura para a família, compartilhando aprendizados junto com os professores e estudantes. Neste sentido, seria criado semanalmente um horário estipulado junto com as famílias, para que elas adentrassem ao universo escolar, e lá desenvolvessem trabalhos pedagógicos relacionados a necessidade da comunidade na qual a escola está inserida.

A sugestão refere-se iniciar com o ano letivo, a direção juntamente com seu corpo docente realizará as ‘reuniões de pais’⁹ com foco, neste sentido, em levantar quais as necessidades reais naquele momento em que as famílias vêm enfrentando e que possam impactar no processo de alfabetização da criança. Tal levantamento deverá ser realizado com muito cuidado nas abordagens, sempre direcionando o trabalho ao universo pedagógico.

Assim, ao final das reuniões realizadas com os pais e/ou familiares dos estudantes será realizado um mapeamento, para verificar se todos os responsáveis estiveram frequentes. Caso perceba-se que houve uma baixa nas reuniões, divulgadas amplamente em todos os meios de comunicação da escola com a família, é necessário, partir para o 2º passo. Montar uma comissão junto com o (a) diretor (a) para visitarem a casa dos estudantes que não tiveram representação nas reuniões.

Desta forma, acreditamos que ao final de um mês, a equipe escolar, consiga mapear e direcionar quais os principais problemas levantados e, posteriormente, traçar um plano de ação. Tais ações devem levar em consideração o foco inicial, de como a família deve participar mais efetivamente na escola. Sabemos, da enorme dificuldade que pode ocasionar no início, mas também acreditamos que o retorno será satisfatório.

Abaixo criamos um quadro demonstrativo de atividades que serão pontos relevantes para auxiliar na participação e parceria entre escola e família.

QUADRO 11 - PROPOSTA DE TRABALHO COM A FAMÍLIA

TEMA	AÇÕES
Palestras com temas variados (assuntos sugeridos pela comunidade)	<ul style="list-style-type: none"> _ Parceria com poder público (Conselhos, Comunidade de bairro) _ Corpo docente (pesquisas na área da educação que podem auxiliar) _ Parceria com os UBSF, PSF e o Sistema de Saúde (psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, dentre outros)
Atividades com a família	<ul style="list-style-type: none"> _ Dia na escola com esportes realizados com familiares. _ Dia da profissão na escola com o convite de alguns familiares.
Feira de empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> _ Convidar familiares que desenvolvam atividades artesanais e manuais para exposição na escola;

⁹ As reuniões de pais, práticas comuns dentro das escolas, acontecem todo início de semestre letivo, com foco a informar sobre como será o ano vigente. Também tem o propósito de conhecer as famílias dos estudantes.

Criação de uma horta comunitária	_ Convidar alguns representantes para auxiliar na criação de uma horta (sustentável ou vertical de acordo com o espaço da escola)
Dia do Café ou chá Ou Dia da fruta	_ Criar um dia que as famílias sejam convidadas a escola e tenha uma apresentação; *Cada sala realizará em um dia.
Dia do (“vovó ou vovô) membro mais velho da família	_ Foco pode ser em pessoas mais velhas que possam transmitir algum conhecimento, contar uma história; História oral
Esporte com as famílias	- Sábado letivo na escola com atividades como: futebol, vôlei, handebol entre outros esportes. Montar times de pais/responsáveis versus estudantes; -Premiação para os grupos
Dia do museu na escola	_ Cada estudante pode ou deve levar algum objeto antigo. Exposição;

O quadro traz algumas sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas nas escolas e criadas na perspectiva de incluir a família no seio escolar. Todas as atividades com cunho pedagógico, mas que também trazem uma motivação, pois há a necessidade de pensar e refletir junto com a comunidade quais os reais problemas que impactam o processo de alfabetização.

Cabe, assim, a cada escola criar seu quadro para trazer a família com base na estrutura social de cada sala, constituindo saberes familiares como base de um processo de aprendizagem escolar das crianças que podem repercutir na taxa de frequência e na importância que a escola assume na vida das famílias e dos estudantes. Neste sentido, acreditamos que a educação ainda é a base de todo o sistema social.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Margarete Gonçalves Bezerra. **Escola e Família: uma possibilidade de diálogo.** Dissertação de Mestrado, Faculdades EST, São Leopoldo, 2017.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício do mestre: imagem e autoimagens.** Petrópolis Editora Vozes 2ª edição, 2001.
- BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma Educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: PENSO, 2018.
- BAPTISTA, Mônica Corrêa. **Crianças menores de sete anos, aprendizagem da língua escrita e o ensino fundamental de nove anos.** In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte: UFMG/FaE/CEALE, 2009. p. 13-25.
- BARROSO FILHO, Geraldo. Universalização da escola pública: do “Para Quê?” ao “Quanto”. **Contexto e Educação**, v. 15, n. 59, p. 7-20, jul./set. 2000. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1229>. Acesso em: 12 maio 2022.
- BIET, Beatriz Pereira; SOARES, Hellen Conceição Cardoso. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança.** Faculdade de Atenas, 2018.
- BORTONI-RICARO, Stella Maris; SILVA, Maria da Guia Taveiro; CAXANGÁ, Maria do Rosário Rocha; LINS, Marli Vieira. **Raízes sociolinguísticas do analfabetismo no Brasil.** Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, 2014. Acesso em: 15 set 2022. Disponível em; <http://www.revistas.usp.br>
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009:** acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ... Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 12 maio 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2022. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SEALF. **Política Nacional de Alfabetização.** Brasília, MEC, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base.** – Brasília, DF : Inep, 2015.

CHAVES, Fátima Garcia; EMANUEL, Adriana Vaz Efisio; FERREIRA, Márcia Regina; CUNHA, Neire Márcia da. **Alfabetização e Letramento**. Organização: UNIUBE. São Paulo: Pearson PRENTICE Hall, 2010

DESSEN, Maria Auxiliadora e POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia* (Ribeirão Preto) [online]. 2007, v. 17, n. 36 [Acessado 3 set 2022], pp. 21-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>>. Epub 14 Jan 2008. ISSN 1982-4327. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>

DI NUCCI, Eliane Porto. **Interesses e dificuldades dos pais na alfabetização dos filhos**. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 1997, v. 1, n. 2-3 [Acessado 2 outubro 2022], pp. 23-28. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85571997000100003>>. Epub 03 Fev 2011. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/S1413-85571997000100003>.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDOLow, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, n. 292, jul/dez 2004, p. 179-200.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDOLow, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e Genesis das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, n. 292, p. 179-200, jul./dez. 2004.

FERREIRA, Valéria Silva; PICKERING, Maria Lúcia. As estratégias da meta de alfabetização do PNE 2014-2014. **Revista Internacional d'Humanitats** 45, jan-abr, 2019.

GLOSSARIO CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) – Faculdade de Educação da UFMG.

HOLANDA, Maria de Lourdes. **Cultura organizacional da escola**: contribuições para o Ciclo de Alfabetização. Orientador: Messias Holanda Dieb. 2022. 314 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

FERREIRO, Emília. **Cultura escrita e educação**: conversas de Emília Ferreiro com José Antônio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2009.

FRANCH, Eglê Pontes. **Pedagogia da alfabetização**: da oralidade à escrita. 5 ed. São Paulo, Cortez, 1997.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF Brasil 2018: Resultados preliminares**. 2018. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das letras, 1995.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katalysis, 10, 2007.

JUNQUEIRA, Paula Salve Pellegrinetti. **Dificuldades Escolares: Percepções das Famílias e dos Educadores**. 2015.

LATIF, Zeina. **Nós do Brasil; nossa herança e nossas escolhas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

MAGGI, Daniela Orbea. **A influência da família no processo de alfabetização: um estudo de caso numa instituição filantrópica na cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, USP, 2011.

MAINENTE, Maria Jozelma Barbosa. **Relação da família com o processo de escolarização durante a pandemia: dificuldades encontradas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

MARTINS, A. M.; BOTLER, A. M. H. Conflitos, indisciplina e violência nas escolas. **Cadernos de Pesquisa**, v.46, Julho e Setembro/2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/SxYXK3DgCKVhPgJzdRVwrdc/?lang=pt>> Acesso em: 20 de jul de 2022.

MELO, Talícia Calais Vaz de. **Estudo sobre o desempenho escolar a partir dos aspectos evidenciados na relação família e escola**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

MOURA, B. A., Pimenta, D. L. de O. e S., Siqueira, M. A. dos S., & Silva, S. A. R. da. (2022). **A Família na Escola: Uma Breve Análise Sobre a Participação da Família no Processo de Alfabetização e Letramento**. *Epitaya E-Books*, 1(5), 117-131. <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2022427p117>

NEDER, Gizlene. **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**, (1994), in: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. *Família Brasileira: a base de tudo*. 10 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF, UNICEF, 2011.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de e Marinho-Araújo, Claisy Maria. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online]. 2010, v. 27, n. 1 [Acessado 2 out 2022], pp. 99-108. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103->

166X2010000100012>. Epub 04 Jan 2011. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>.

PAULA, Janete Dillmann de. A Influência da Família no Processo de Alfabetização. **Revista Thema**, v.9, n.2, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/139>. Acesso em: 1 out. 2022.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a Educação?** 10. Ed. Tradução de Ivette Braga. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1988.

SANTOS, Mariluz de Almeida. **A influência da família no processo de aquisição da leitura e da escrita das crianças:** descortinando interfaces entre família e escola para a conquista da alfabetização. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UF do Recôncavo – BA, 2018

SANTOS, Priscila Angelina Silva da Costa. **Escola e Família:** investimentos e esforços na alfabetização de crianças. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2016.

SILVA JÚNIOR, Celestino A. S. **A Profissão de Pedagogo (a) e a Escola Pública.** 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização:** a questão dos métodos. 1ª edição, 5ª impressão. São Paulo: Editora contexto, 2021.

_____. **Linguagem e Escola:** uma perspectiva social. 18 ed. 3ª impressão. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

_____. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Editora Contexto, 2020b.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação** (online). 2004, n. 25. Acesso em 15 ago 2022, pp. 5-17. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>>. Epub 09 Out 2006. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>.

SILVA, Maria Lucia Spadini da. **Relação escola-família: possibilidade de aproximação em situação de dificuldades de aprendizagem dos alunos.** Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2008.

STIMIESKI, Ivone Teresinha. **A importância da família no processo de alfabetização do educando.** Porto Alegre, 2010.

TFOUNI, Leda V. **Adultos não alfabetizados:** o avesso do avesso. São Paulo: Pontes, 1988.

ZADRA, Maderli Aparecida; BIASI, Simoni Vilant. **Participação da família na escola.** Dissertação de Mestrado, UFPA, 2010.

ZORZI, Jaime Luiz. **Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita:** questões clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2003.